



ECONOMIA DA GUINÉ – BISSAU E OS OBJECTIVOS DO MILÉNIO

USSUMANE SEIDI
Licenciado em Economia pelo ISEG

INTRODUÇÃO.....	4
1-EVOLUÇÃO ECONÓMICA: 1970-2002	6
1.1-A PRODUÇÃO INTERNA	6
1.1.2-Estrutura De Produção	7
1.1.3-Agricultura	8
1.1.4-A Dinâmica Do Curto Prazo	10
1.2-DESPESA INTERNA	14
1.2.1-Consumo Privado (C).....	15
1.3-A INDEPENDÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO	22
1.3.1-Décadas 70/80	22
1.3.2-Década de 90	22
1.4-MODELOS DO DESENVOLVIMENTO	23
1.4.1-A ortodoxia independentista do desenvolvimento	23
1.4.2-A nova ortodoxia	24
1.4.3-Controle do défice orçamental	25
1.4.4-Controle do défice externo	28
1.4.5-Controle da inflação	30
1.4.6-Choque assimétrico sobre a procura	32
1.5-CONCLUSÃO	36
2-ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DA POBREZA	38
2.1-Organização Mundial de Comercio (OMC).....	39
2.1.1-Acordos Comerciais Regionais (ACR) -Âmbito.....	39
2.1.2-Normas	40
2.1.3-Comité	42
2.1.4-Considerações Finais sobre ACR.....	42
2.2-A NOVA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA (NEPAD)	44
2.2.1-Objectivo a Longo Prazo.....	46
2.2.2-Objectivos /Metas.....	46
2.2.3-Estratégias	47
2.3-UNIÃO ECÓNICA E MONETÁRIA DA ÁFRICA OCIDENTAL (UEMOA)	48
2.3.1-Benefícios.....	48
2.3.2-Custos	50
2.4-PROGRAMA ECONOMICO REGIONAL DA UEMOA (PER)	51
2.4.1-Políticas Sectoriais	52
2.5-PPAE.....	53
2.6-DOCUMENTO DE ESTRATEGIA NACIONAL DE REDUÇÃO DA POBREZA (DENARP)	56
2.6.1-Contexto Histórico	57
2.6.2-Eixos De Intervenção	62
2.6.3-Crescimento Económico	64
2.6.4-Cenários Exploratórios.....	65
2.6.5-Cenários Estratégicos	68
2.6.6- O Papel do Sector Privado	73
2.7-Conclusão final.....	76
3-ANEXOS.....	80
3.1-Dados Estatísticos	80
Pop em milhões de habitantes	83
3.2-UEMOA	84

3.3.6-Bibliografias e fontes	87
------------------------------------	----

INTRODUÇÃO

Qualquer Plano Estratégico, Modelo do Desenvolvimento ou ainda uma Política para Redução da Pobreza passará necessariamente por conhecimento real da situação do país em causa. A eficácia de uma terapia depende de um bom diagnóstico. Na perspectiva económica pode-se interrogar o que a Guiné produz? Qual o sector produtivo da sua economia que se deve otimizar? E várias outras podiam ser mencionadas.

Conhecidas as respostas daquela natureza combinada com a nossa cultura assente nas nossas tradições e crenças podemos esboçar um caminho para o desenvolvimento mesmo que para tal seja necessário invocar os espíritos dos nossos antepassados.

Analisar os trinta e três anos de evolução económico da Guiné-Bissau vai permitir de certo modo responder em parte as perguntas atrás formuladas e muito mais, pois vai também permitir espelhar factos relevantes à margem dessas perguntas, alguns até, muito marcantes no seu processo de desenvolvimento.

Assim requer antes de tudo fazer uma retrospectiva económica numa abordagem macroeconómica através dos dados do Banco Mundial e com análise econométrico procurar compreender melhor o passado recente da Guiné.

No decorrer deste percurso vou procurar evidenciar os factos mais relevantes e se possível entrar em profundidade para sua compreensão ou explicação. Por exemplo, a agricultura na óptica de contribuição sectorial é o que tem maior peso no PIB (Produto Interno Bruto), o que obviamente conduz à uma análise mais profundo desta variável.

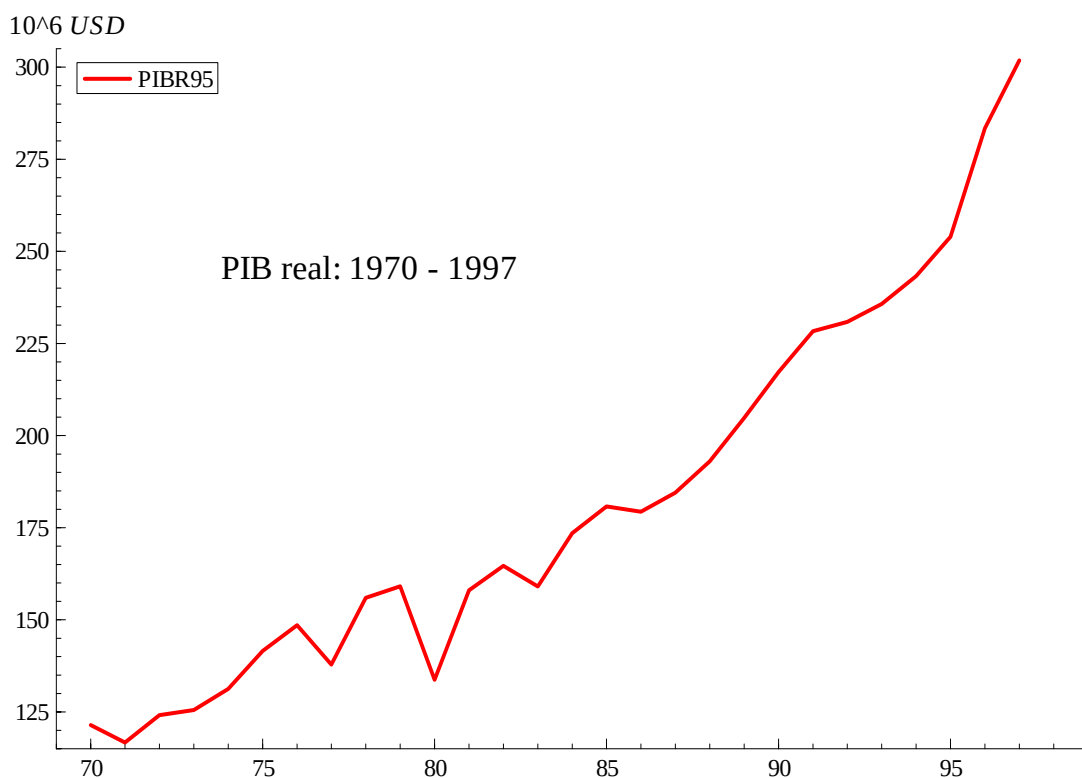
Evidenciar também as politica e modelos do desenvolvimento no quadro da cooperação internacional e seus efeitos mais marcantes da sua história.

Por último e no âmbito do DENARP/OBJECTIVOS DO MILENIO apontar as estratégias do desenvolvimento assente no objectivo para a redução da pobreza mais sustentáveis.

Contudo reconheço a dificuldade que esta tarefa requer e sua delicadeza porque é mais fácil descrever o passado mas o futuro à Deus pertence por mais sofisticados que sejam os nossos indicadores. A verdade das verdades é que devemos estar preparados para não sermos eliminados pelo futuro pois o mundo da globalização está em mutação permanente e quem melhor se preparar para o enfrentar será bem sucedido.

O crescimento económico é um objectivo económico e político central para qualquer país hoje em dia. Com crescimento económico um país pode proporcionar aos seus cidadãos melhor alimentação, maiores habitações, mais recursos para cuidados de saúde, educação universal para as crianças e vasto apoio ao rendimento dos reformados. Pelo contrário os países em declínio económico vivem em conflitos políticos e sociais frequentemente.

Este pequeno estudo evidencia um período de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) provando que o país é viável economicamente. O ciclo económico de 1970 – 1997 é prova disso.

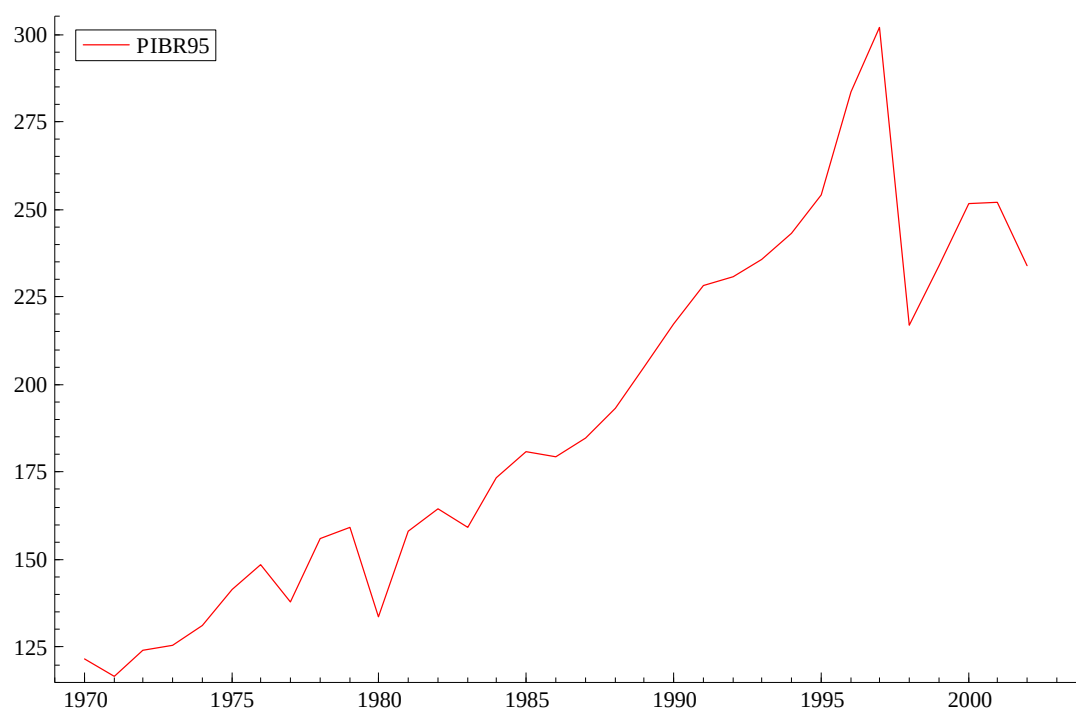


O estudo também mostra caminhos concretos que podem ser seguidos no quadro dos objectivos do milénio através de cenários estratégicos que periodicamente serão actualizados e publicados oportunamente.

1-EVOLUÇÃO ECONÓMICA: 1970-2002

1.1-A PRODUÇÃO INTERNA

Gráfico 1 – PIBp95 em milhões de dólares: 1970-2002: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



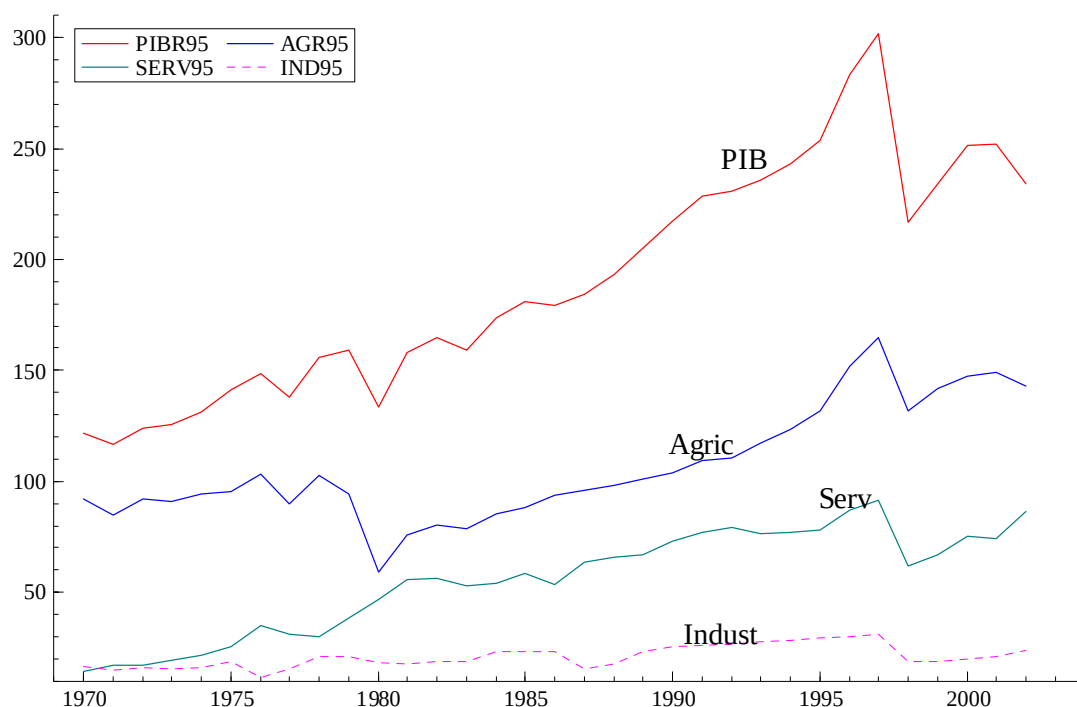
O gráfico mostra a evolução do PIB medido a preço constante de 1995. Sugere que de 1970 à 1997, uma tendência crescente na evolução da riqueza gerada na economia muito embora verificado algumas quebras conjunturais que analisaremos mais adiante. De 1998 em diante a economia regrediu. No período compreendido entre 1970 à 1997 o crescimento médio do produto é de 3,6% contra 2,4% entre 1970-2002 o que dito doutra forma significa que em vinte sete anos o produto cresceu, em media 3,6%, contra 2,4% em trinta e dois anos o que

vem chamar atenção de que algo terá acontecido para haver essa diferença ou quebra da taxa de crescimento médio anual do produto. Seja o que aconteceu, teve reflexo forte no PIB no ano 1998 e visível no gráfico.

Para melhor compreensão da evolução económica dos últimos trinta anos convém analisar a **estrutura de produção**, identificando as relações existentes entre os vários sectores e o produto interno bruto.

1.1.2-Estrutura De Produção

Gráfico 2 – Estrutura de produção em milhões de dólares: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



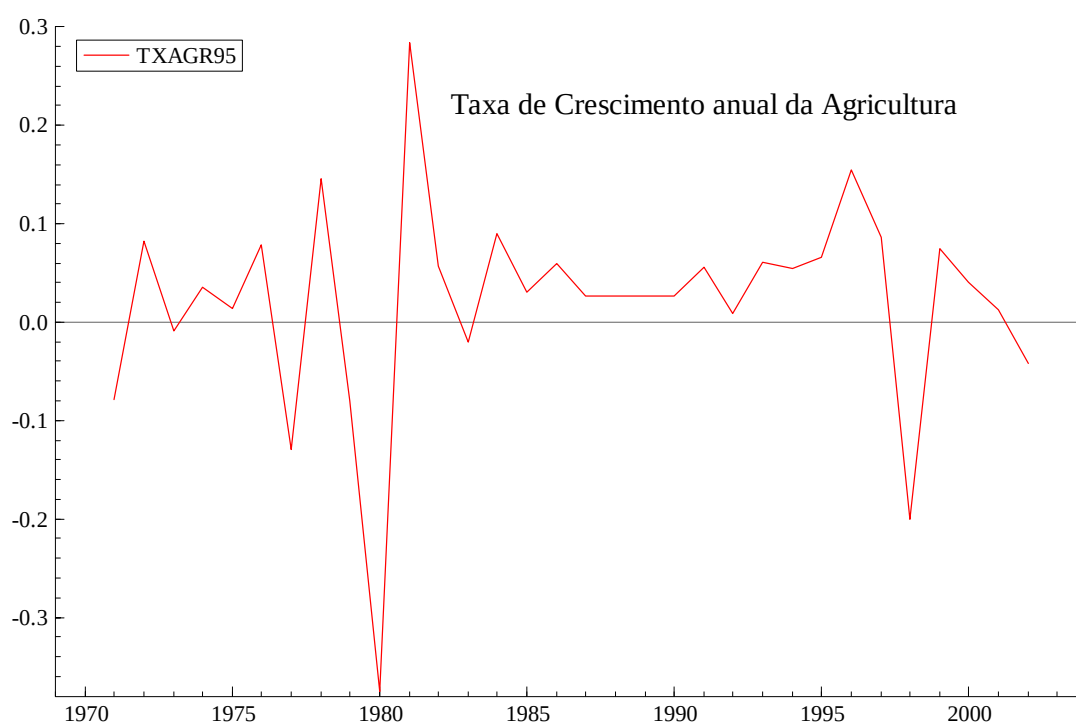
Por ordem de importância a agricultura é o sector que mais contribui para PIB seguido do serviço e por ultimo a indústria. Considerando o período em análise (1970-2002) um aumento de 1% na agricultura o PIB aumenta em media 0,5% daí a configuração idêntica entre as duas variáveis.

Com esta observação admite-se que as quebras mais significativas do PIB ao longo do período em análise provem das quebras no sector agrícola.

1.1.3-Agricultura

São dois os factores que condicionaram o crescimento da produção agrícola nos últimos anos: Seca ou preços dos bens e Conflito Militar.

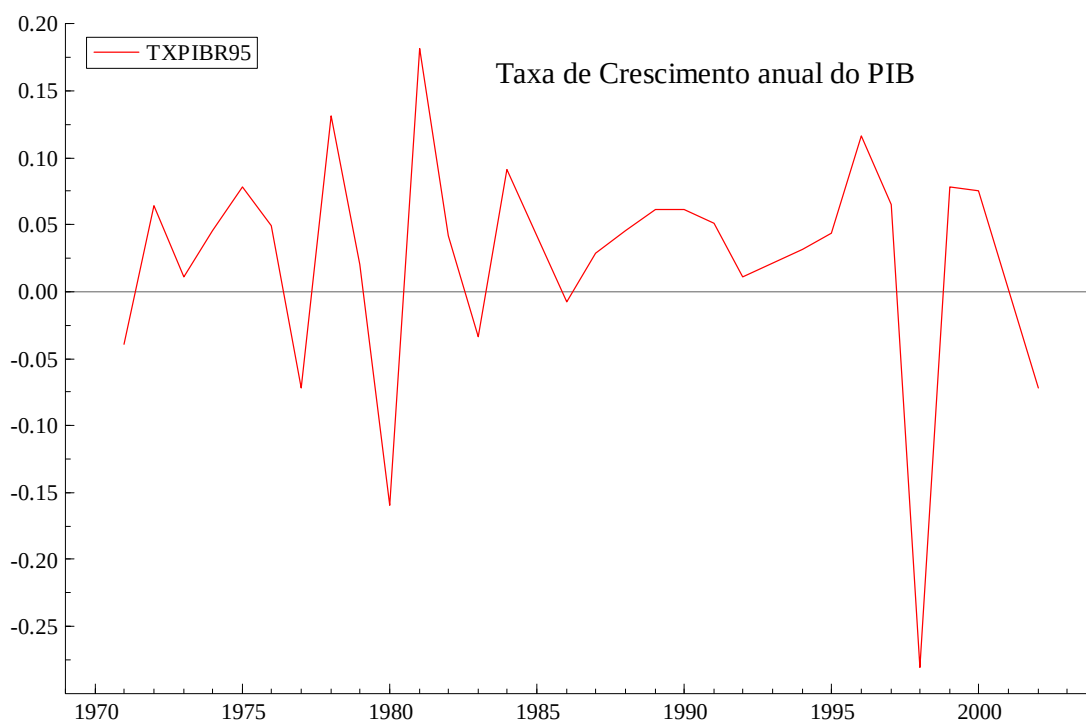
Gráfico 3 – Taxa de Crescimento Anual de Agricultura: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



A taxa de crescimento anual da produção agrícola registou forte retrocessos nos anos entre 1979-1980 e entre 1997-1998.

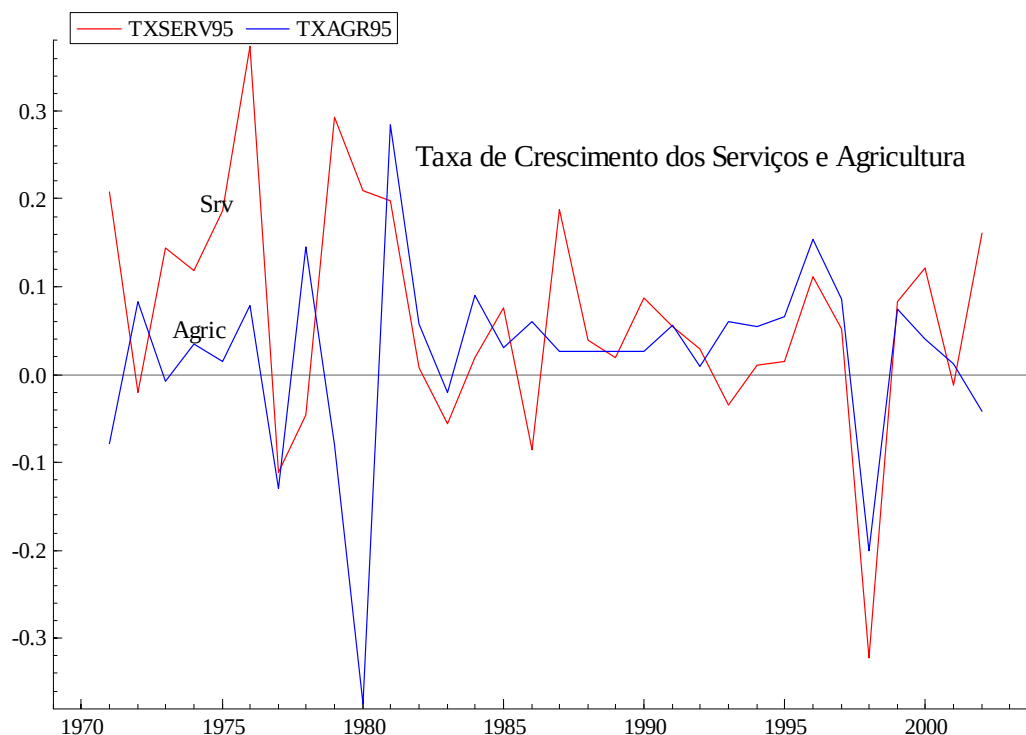
No primeiro caso a produção caiu 37,5% devido a seca ou queda de preço do amendoim e 20% no segundo devido ao conflito militar. Quais são os impactos no PIB nos anos que isto aconteceu? Uma vez que a agricultura é motor da economia Guineense.

Gráfico 4 – Taxa de Crescimento do PIB real: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



Curiosamente, ainda que fosse de esperar uma quebra mais acentuada no PIB no ano 1980 e na respectiva taxa de crescimento, tal não aconteceu porque que houve uma compensação do sector serviço uma vez que a seca só afectou a agricultura. Enquanto que em 1998 o impacto no PIB foi mais violento devido a efeito duplo dos dois sectores. Pode-se ver que entre 1979-1980 o produto caiu 16% contra 28% entre 1997-1998. O gráfico seguinte ilustra o que atrás foi dito.

Gráfico 5 – Taxas de Crescimento Serviço e Agricultura: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



1.1.4-A Dinâmica Do Curto Prazo

Como se viu nos parágrafos anteriores a correlação entre a agricultura e o produto é forte para tal estimei o modelo dinâmico do curto prazo uma vez que as duas variáveis não são cointegradas ou melhor não há equilíbrio de longo prazo.

$$\Delta \log \text{PIB}_t = C + \Delta \log(\text{PIB}_{t-1}) + \Delta \log(\text{AGR}_t) + \Delta \log(\text{AGR}_{t-1}) + u$$

$$\Delta \log \text{PIB}_t = 0,011855 + 0,08879 \Delta \log(\text{PIB}_{t-1}) + 0,607767 \Delta \log(\text{AGR}_t) - 0,11406 \Delta \log(\text{AGR}_{t-1})$$

O impacto da agricultura no produto tem efeitos no mesmo ano. Lê-se: um aumento de 1% da produção agrícola num determinado ano, o produto interno bruto aumenta 0,6% no mesmo ano.

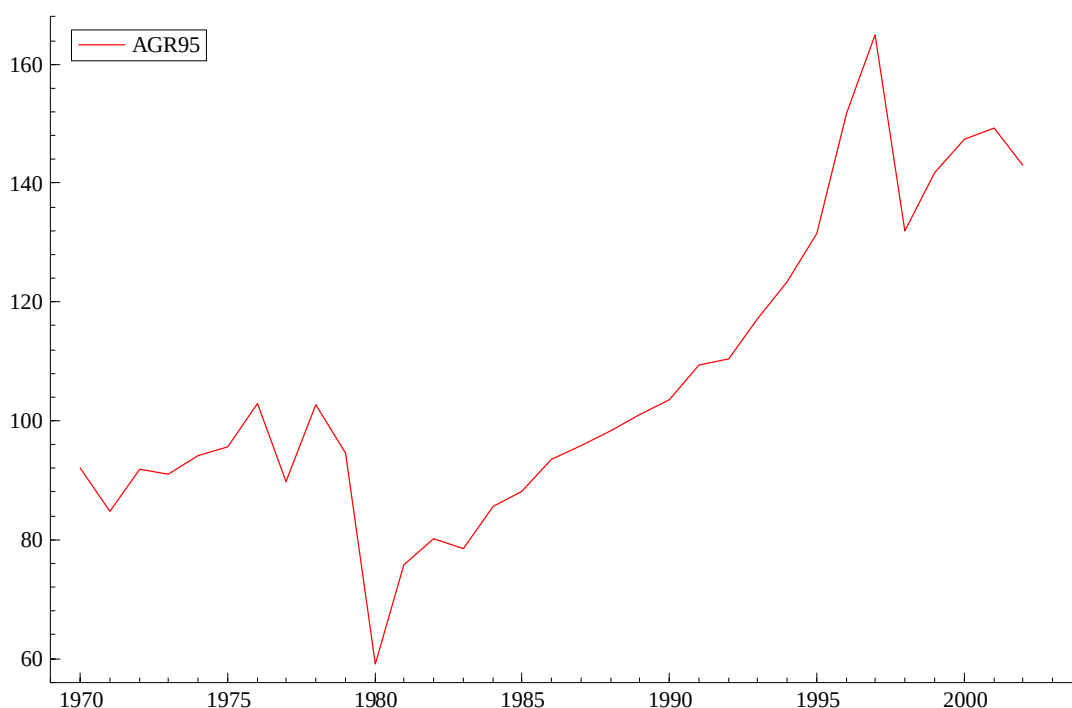
Por outro lado e pelo efeito dinâmico, um aumento de 1% do produto num determinado ano, o mesmo aumenta 0,08% no ano seguinte.

Há que notar que o período de maior crescimento económico é o que vai de 1981 a 1997 (após a recessão de 1980). Neste período observa-se quer agricultura

como no sector de serviços uma evolução significativa e estável, impulsionada pela política de economia de mercado implementada em 1986.

Com aumento da procura internacional de castanha de caju nos anos noventa o PIB aumenta consideravelmente dado o aumento verificado na produção agrícola desse bem.

Gráfico 6-Produção Agrícola em milhões de dólares: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



Outro facto a realçar na evolução da produção agrícola é que: nos dois períodos de grande quebra a recuperação é muito lenta. Repare-se que em 1978 o nível de produção agrícola se situava em 103 milhões de dólares. Com a recessão de 1980 a casa da centena só foi recuperada em 1989 (um mínimo de dez anos) fazendo prever que a recuperação da quebra de 98 venha ser lenta pois passados quase oito anos o PIB ainda não atingiu os valores de 1997 apesar de forte procura internacional de castanha de caju o que pode ser explicada pela debilidade da produção agrícola do país, fraca capacidade tecnológico e de utilização de recursos hídricos, conduzindo a níveis de produtividade de baixa.

Para uma melhor compreensão da evolução da procura da castanha de caju e como influenciou a sua produção nos últimos anos veja-se a distribuição geográfica das exportações da Guiné-Bissau¹ (dados de Banco de Portugal).

Gráfico 7-Exportações para Índia em % do total: Dados de Banco de Portugal, cálculos do autor.



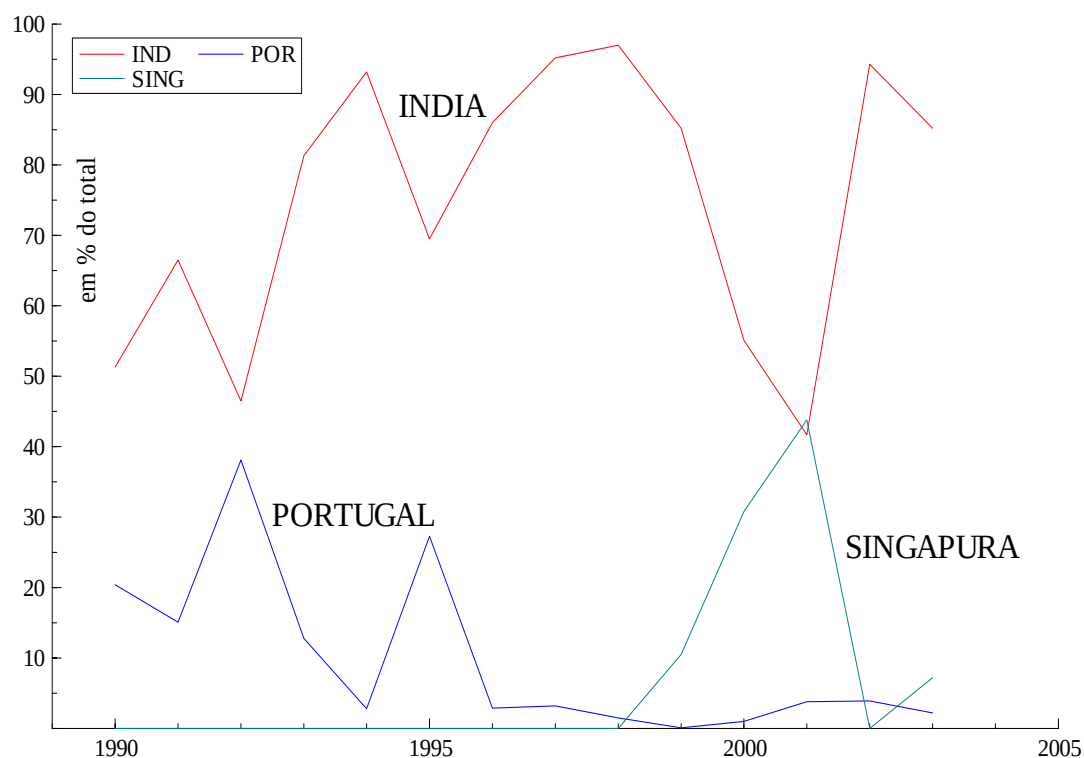
Um único país chega a absorver quase toda a exportação da Guiné o que à partida poderia conduzir à análise errada de que as trocas comerciais com a Índia, caracteriza-se de uma grande diversificação. Mas não. De facto na Guiné, o principal bem de exportação é a castanha de caju e a Índia é o seu maior comprador chegando a absorver 97% do valor das exportações evidenciando a importância do sector agrícola na economia Guineense nomeadamente o peso do sistema de monocultura de exportação.

¹ Evolução das economias dos PALOP- BP

Observando o gráfico atrás apresentado, onde são visíveis as flutuações bem acentuadas das exportações para Índia levaria a pensar, como é óbvio, nas quebras de produção associados a maus anos agrícolas dado que se trata dum bem desse sector. Mas seria um erro também quem assim pensasse pois o gráfico da evolução da produção agrícola daquele período mostra o contrario. Desde 1980 que a produção não parou de aumentar até o ano de conflito militar de 1998.

O que realmente mostra o gráfico é aquilo que designei por **“guerra de preços”** entre INDIA e PORTUGAL e posteriormente entre INDIA e SINGAPURA cuja finalidade é controlar ou em ultima analise deter o monopólio absoluto das exportações da castanha de caju da Guiné como se mostra a seguir.

Gráfico 8 – Guerra de preços: Dados de Banco de Portugal, cálculos do autor.



A sublinhar a desistência de Portugal a partir de 1996 e entrada de Singapura em 1999. Quer no primeiro caso como no segundo a Índia sempre levou a melhor. Dito doutra forma o preço da procura da Índia foi sempre mais aliciante para os produtores Guineense.

Para terminar esta análise das contribuições sectoriais resta focar que em relação a serviços e indústria não irei ao fundo das questões de cada sector porque afinal o objecto do estudo nesta primeira abordagem é procurar de certa forma evidenciar qual o sector que mais contribui para o seu desenvolvimento e que caminhos foram seguidos.

1.2-DESPESA INTERNA

O Produto Interno Bruto na óptica da despesa é composto pelos agregados macroeconómicos da seguinte forma: **PIBpm = G + C + I + Exp - Imp** com o significado de:

G representa gasto público;

C o consumo privado (famílias e empresas);

I investimento total (engloba investimento publico e privado);

Exp exportações de bens e serviços;

Imp importações de bens e serviços;

A elasticidade PIBpm em relação a essas variáveis:

$$\log \text{PIB}_t = 1,107 + 0,1126 \log(G)_t + 0,907 \log(C)_t + 0,161 \log(I)_t + 0,173 \log(\text{Exp})_t - 0,471 \log(\text{Imp})_t.$$

O que mostra que o consumo privado tem maior impacto no produto.

Um aumento de 1% do consumo privado (C), mantendo o tudo resto constante (hipótese ceteris paribus), o PIBpm aumenta 0,9%.

Outra variável que deve merecer atenção é importação (Imp) cuja sensibilidade é 0,5% (arredondado) no PIB mas de forma negativa.

1.2.1-Consumo Privado (C)

Ao longo do período em análise o consumo privado tem evoluído consideravelmente. Uma boa parte do aumento do consumo privado provém das importações sobretudo importações de bens de consumo.

Os dados mostram que o valor do consumo privado é superior ao PIBpm desde 1987 o que pressupõe que a despesa em consumo privado ultrapassa a capacidade do produto interno bruto razão pela qual esta variável deve ser analisada em pormenor.

Isto sugere ou evidencia que a economia do país está aquém das satisfações das necessidades da sua população recorrendo ao exterior para suprir as necessidades básicas nomeadamente em bens alimentares.

A propensão marginal do consumo ou a percentagem do rendimento disponível que se destina para o consumo é componente da função do consumo privado que é o seguinte; $C = k + cY_d$, onde o “k” significa o consumo autónomo (o consumo independentemente do rendimento), “c” propensão marginal do consumo ($0 < c < 1$) e Y_d o rendimento disponível ou rendimento subtraído dos impostos sobre o rendimento mais as transferências.

Devido à falta de dados disponíveis só é possível calcular os Y_d ($Y - T$) a partir de 1983, pelas percentagens de défice orçamental ($DO = G - T$) no PIBpm, considerando T receitas globais sobre os rendimentos, admitindo que não há transferências. Assim a função do consumo entre 1983 e 2002 é: $C = 77,40 + 1,12Y_d$ com $c = 1,12$ o que é contraditório com a formulação atrás definida.

Por outro lado não é menos verdade que se o consumo privado for superior a PIBpm a variável importações será a parcela de correcção. Chamo atenção que a série do C foi gerada através da soma algébrica da igualdade de $PIBpm = G + C + I + Exp - Imp$ e daqui tira-se $C = PIBpm - G - I - Exp + Imp$.

A explicação mais plausível para esta disparidade na contabilidade nacional é do efeito da ajuda externa no consumo privado via importações.

Esta pratica é a verificação de canalização dos fundos da Ajuda Publica do Desenvolvimento (APD) para os estados beneficiários dos países em

desenvolvimento **(PED)** em que os fluxos dessa ajuda devem fundir-se nos seus orçamentos como receitas.

Observando bem a evolução do consumo privado e o PIBpm essa disparidade é bem notório com início no ano 1985 e em 1988 a descolagem total do consumo ilustrado no gráfico seguinte. Em certos períodos as importações também registaram valores superiores a PIBpm.

Gráfico 9 – Evolução Consumo e PIBpm: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.

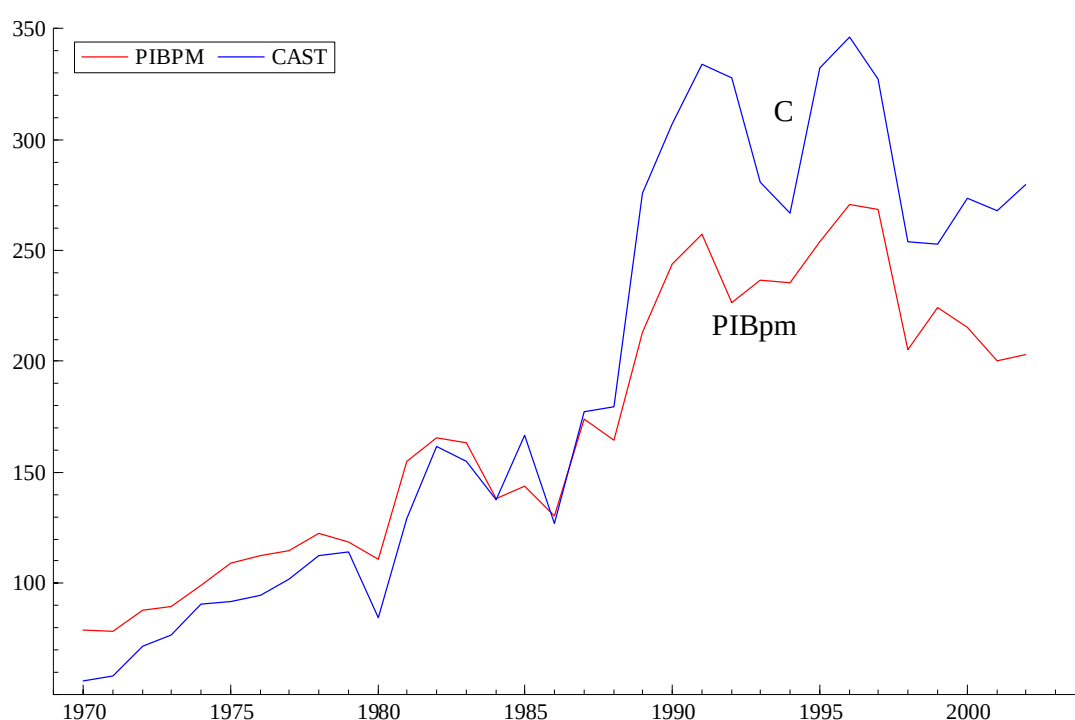
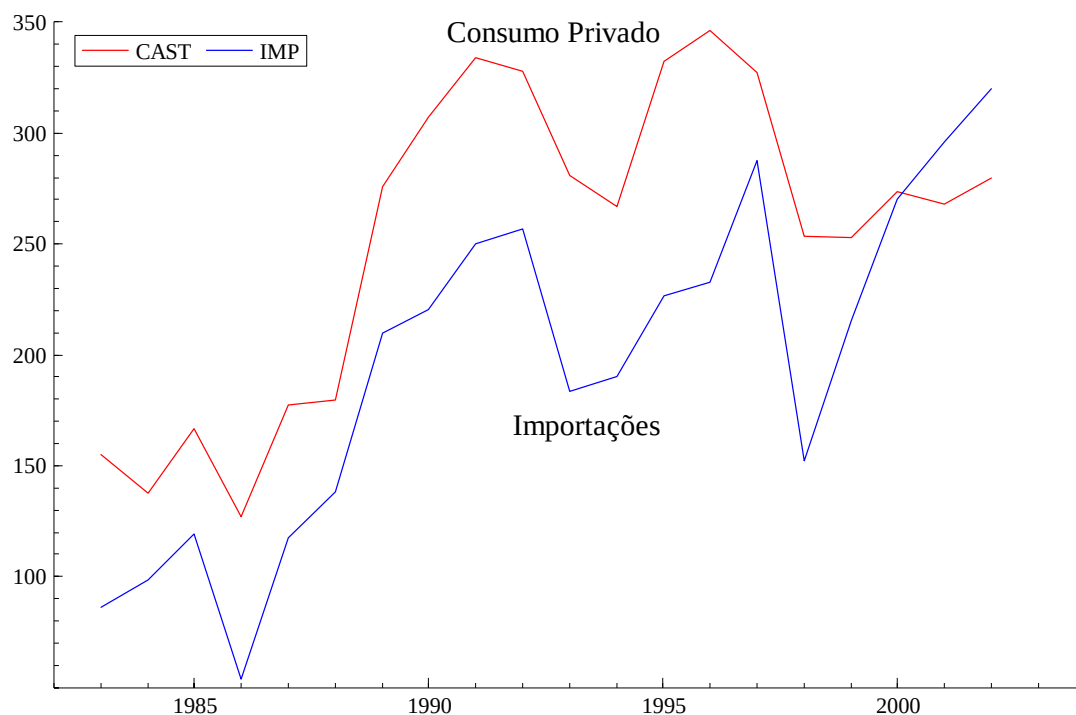


Gráfico 10 – Relação Consumo Privada e Importações: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



Se é assim a relação do C e PIBpm, então quais são os bens de importações que torna possível essa relação? Como já se referenciou, o PIBpm é soma agregada das variáveis macroeconómico das quais o consumo privado é uma das parcela de maneira que PIBpm algebricamente deve ser sempre maior que C

Verificando as importações dos últimos sete anos constata-se o seguinte:

Bens alimentares constituem 38% do total importado

Bens de consumo intermédio primário constituem 19%

Bens de capital 12%

Bens não alimentares 11%

Bens manufacturados 8%

Fuel 2%

Gráfico 10 – Bens importados: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.

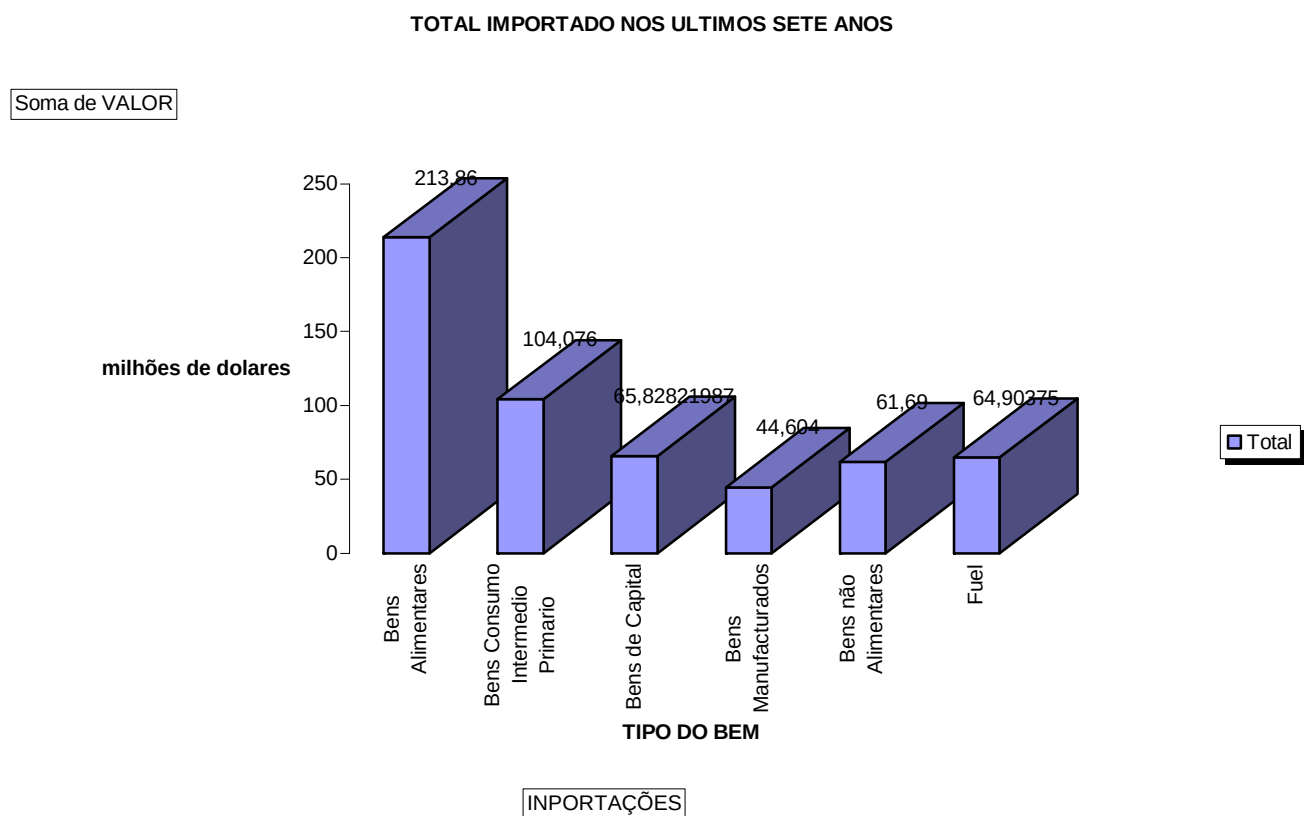
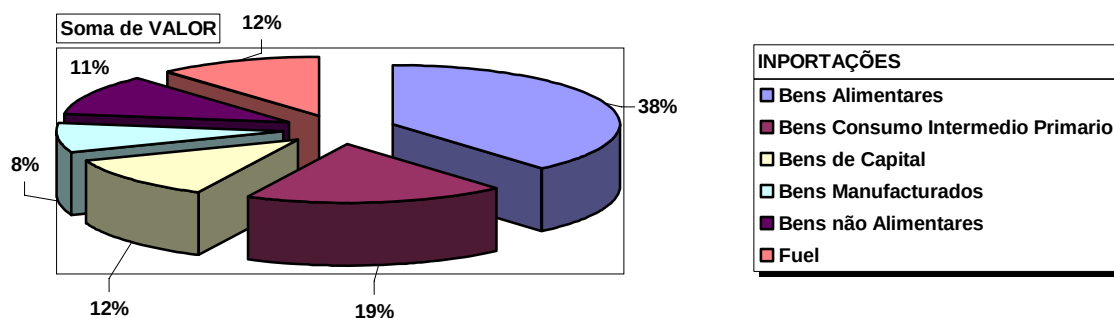


Gráfico 11 – Total de Importado em percentagem: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.

TOTAL IMPORTADO NOS ULTIMOS SETE ANOS EM PERCENTAGEM



Como se vê a rubrica de bens alimentares é muito significativo no conjunto do total importado na economia nos últimos sete anos.

Mas se considerarmos que o remanescente entre consumo e o produto, i.e. o consumo privado menos o produto ($C - \text{PIBpm}$) como transferência do estado (TR) às famílias na provisão de bens alimentares tendo em conta que a base de alimentação na Guiné é o arroz então os fluxos da APD deveriam entrar na rubrica do gasto publico (G) no mesmo montante daquele que é subtraído do C, mantendo o tudo o resto constante

Com base neste raciocínio a nova função de consumo que agora entra com as transferências do Estado (TR) vem:

$$C = k + cY_d$$

$$Y_d = Y - T + TR$$

$$T = T_a + tY; T_a - \text{imposto autónomo.}$$

A função Y_d aumenta com as transferências e a propensão marginal do C tende a baixar.

Após as devidas substituições a equação do consumo fica:

$$C = k + c[Y(1-t) - T_a + TR] \Leftrightarrow C = 65,60 + 0,93Y_d$$

À esta nova função do consumo, a conclusão é totalmente diferente. A propensão marginal é de 93% com a diferença da anterior função no Y_d através das transferências (APD) directamente pelo gasto público na componente das TR .

Na óptica da despesa interna a Guiné caracteriza-se pela alta taxa de consumo privado dos bens maioritariamente alimentares ou primários típico de um país em vias desenvolvimento. As importações com níveis elevados de bens alimentares num país cuja força produtiva é a agricultura.

Analisando os investimentos totais (publico e privado) o país está fora da rota atractiva dos investidores ou potenciais investidores a quem se apela para que o façam no país. Salvo falsas expectativas de liberalização económica nos finais de oitenta até 1994, o país não teve grande progresso no concernente ao investimento privado pois o capital tem outras rotas mais atractivas. Mesmo aqueles períodos onde se verificaram progressos, o investimento público cresceu mais que investimento privado com mostra o gráfico da evolução do Investimento total, do Investimento Privado e Poupança.

Gráfico 12 – Investimento em milhões de dólares: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.

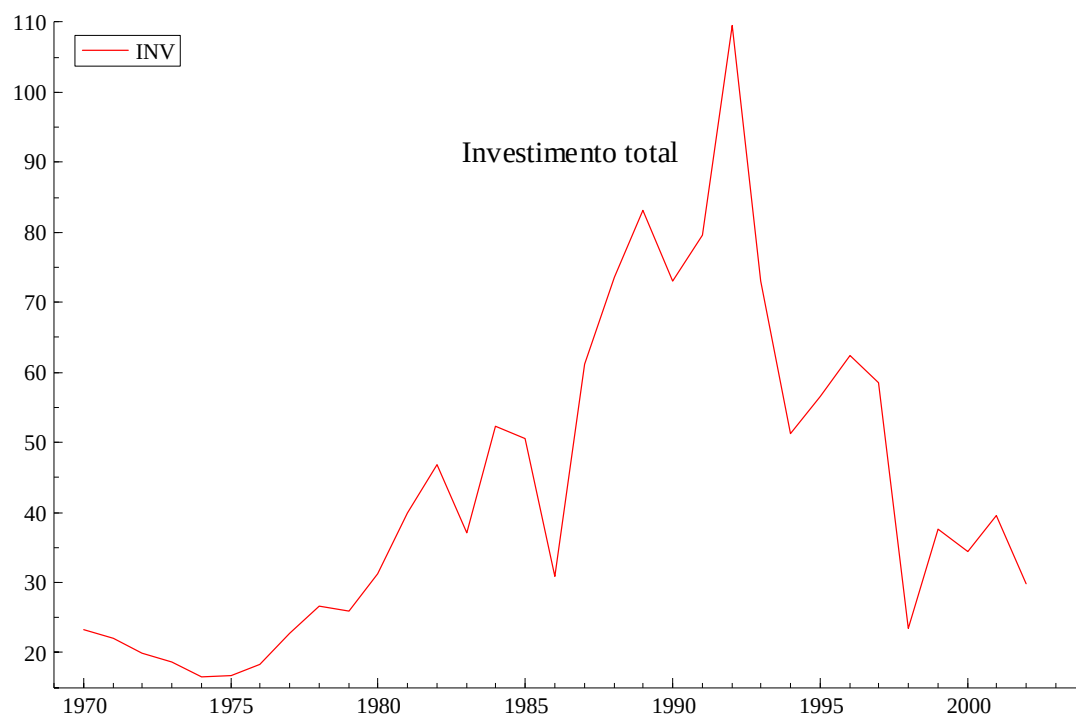
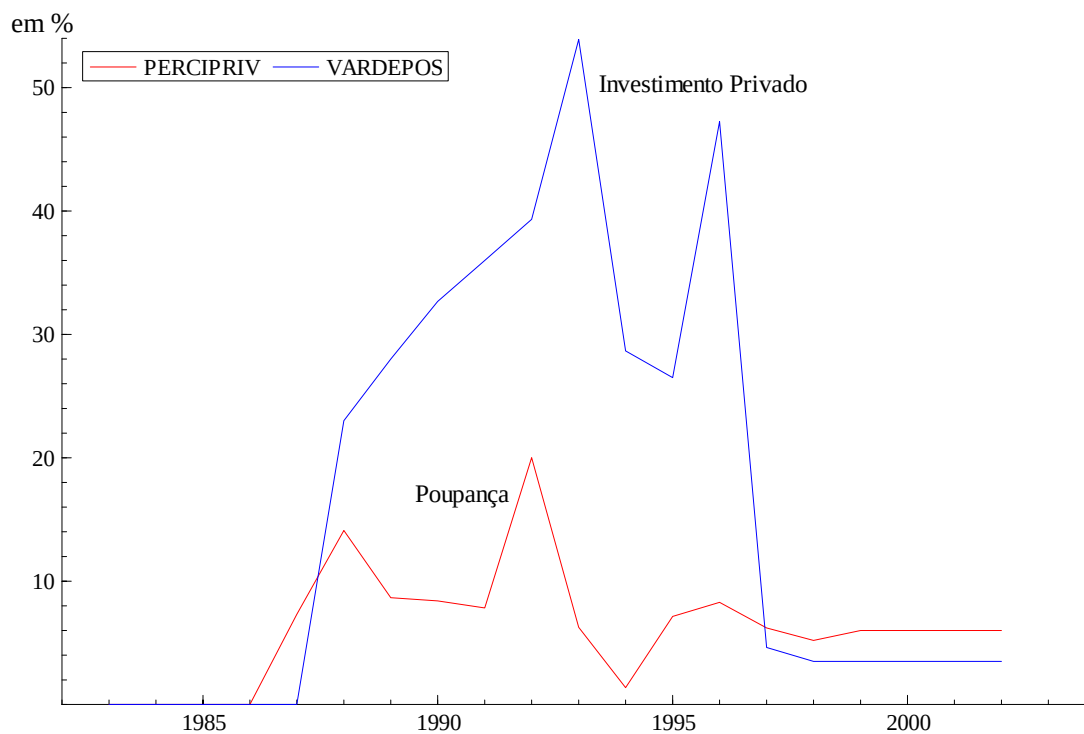


Gráfico 13 – Investimento e Poupança em %



1.3-A INDEPÊNDENCIA E O DESENVOLVIMENTO

1.3.1-Décadas 70/80

O que se verificou na Guiné, à semelhança do resto dos países de África subsahariana, a quando da sua independência foi a especialização resultante de uma monocultura de exportação para captação de divisas necessária ao desenvolvimento da sua economia. Portanto o sector agrícola com ligação ao mercado externo. Essa ligação já se verificava durante o período da colonização e o amendoim era o principal bem de exportação de então.

Após a independência o sector agrícola podia ter tido um rumo diferente não fosse as nacionalizações de grande empresas exportadoras, política cambial penalizadora de exportação (sobrevalorização da moeda nacional) e a gradual queda de procura de amendoim no mercado internacional e consequentemente a baixa do seu preço. Outro factor explicativo para fraca capacidade produtiva na década 60/70 é migração de mão-de-obra Guineense ao Senegal justamente na cultura de amendoim e onde por certo era muito mais remunerado liderando a sua exportação mundial.

1.3.2-Década de 90

Na segunda metade dos anos oitenta implementa-se na Guiné - Bissau o processo de desnacionalização, liberaliza-se o mercado, período da vigência do **Washington Consensus** e passa a vigorar “getting prices right”. É neste contexto que surge um outro produto agrícola, a castanha de caju, com forte procura no mercado internacional e do qual o país tem vantagem comparativa pela sua qualidade natural. A consequência é o abandono da cultura de amendoim. Dado o preço desse novo bem no mercado internacional ser mais remunerado atraiu mais gente para sector agrícola, registando-se um forte crescimento económico que durou até 1997. De 1987 à 1997 o PIB regista um crescimento médio de 5% ao ano.

1.4-MODELOS DO DESENVOLVIMENTO

Face a análise dos dois períodos que se acabou de apresentar pode-se concluir que o país já experimentou dois modelos do desenvolvimento desde a sua independência e com a ajuda de análise feita por Gérard Grellet² vem: Primeiro: aquilo que o autor chamou de **“ortodoxia independentista do desenvolvimento”** e o segundo: **“a nova ortodoxia”**.

1.4.1-A ortodoxia independentista do desenvolvimento

Baseada na forte intervenção do Estado na economia e regulador do mercado.

Portanto domina o **paradigma da introversão** de que Grellet distingue quatro postulados fundamentais que se enquadram com as políticas económicas para o desenvolvimento implementado no período pós-independência (toda década de setenta até a segunda metade de oitenta)

1. O desenvolvimento das nações depende de sobretudo da sua capacidade em romper os laços de dependência com o mercado mundial;
2. A pobreza das nações resulta da insuficiência da oferta global e não da procura global, o que conduz a sublinhar a capacidade de acumulação dos factores de produção e a importância da utilização das tecnologias;
3. O mercado não favorece espontaneamente a acumulação e alocação dos factores de produção, sendo necessário a intervenção activa do Estado;
4. O verdadeiro sector portador de desenvolvimento é o sector industrial, nomeadamente na indústria pesada, sendo desde logo a agricultura e os serviços relegados para o plano secundário, quando não completamente abandonados.

² Gerard Grellet: “Pourquoi les pays en voie de développement ont-ils des rythmes de croissance aussi différents? - Un survol critique de quelques orthodoxies contemporaines”. Revue Tiers Monde, Paris, PUF, XXXIII, n° 192, jan-mars 1992: 31-66.

Vendo a história económica da Guiné, as nacionalizações, as preocupações de fomento a produção agrícola e a construção do **complexo agro-industrial do Cumeré** pertencem a esta corrente de pensamento caracterizado pela ruptura com os laços da dependência colonial, típico dos estados emergentes de então. No entanto o país nunca conseguiu romper os laços de dependência com o mercado mundial e nem reduzir a pobreza como era esperado.

1.4.2-A nova ortodoxia

Nos anos oitenta o país rompe com o modelo do Estado controlador do mercado ou economia planificada, acata o modelo sob recomendação do seu principal parceiro financeiro internacional FMI/BM de corrente neoclássica dominante. Passa predominar o **paradigma da extroversão** assente em três postulados seguintes;

1. O crescimento das nações depende essencialmente da sua abertura ao exterior;
2. A oferta global depende da alocação dos recursos raros. Esta locação é óptima num mercado concorrencial aberto à economia mundial;
3. O desenvolvimento será tanto mais rápido quanto as incitações dos agentes forem socialmente compatíveis ou seja os agentes são racionais, acordando os meios com os objectivos pretendidos em resposta às incitações do mercado;

A moda passa a ser desregular, o princípio de livre concorrência passa a ser o lema e o país conhece as primeiras privatizações neste período, “era de construção de mercado livre”. O financiamento da economia é condicionado pelo cumprimento do **programa de ajustamento estrutural** que implica reequilíbrio macroeconómico:

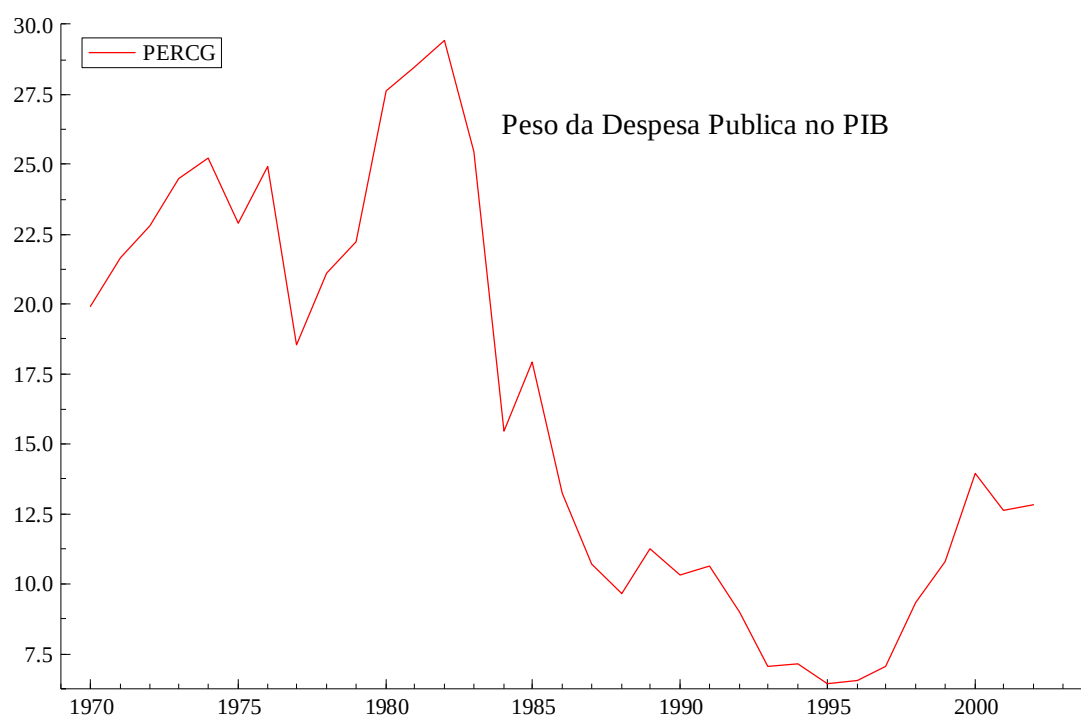
- **Controle do défice orçamental;**
- **Controle do défice externo;**
- **Controle da inflação;**

Com a finalidade de observar até que ponto estes postulados foram cumpridos ou postos na prática, os dados estatístico revelam o seguinte:

1.4.3-Controle do déficit orçamental

Uma das medidas mais comum da redução do déficit orçamental que os governos recorrem é a redução da Despesa Publica via despedimentos de trabalhadores da Função Publica que neste caso também não foge a regra como se mostra a seguir.

Gráfico 14-Percentagem de gasto publico no PIB: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



Não se pode negar a redução drástica de gastos público a partir de 1981 muito embora nesse período se registrar crescimento do PIBpm. Em catorze anos a percentagem da despesa pública alterou-se significativamente: de 28,5% em 1981 para 6,4% em 1995 ou seja de 44 milhões de dólares para 16 milhões e pode significar o agravamento da pobreza dado que uma boa parte da despesa pública provem das remuneração auferidos pelos trabalhadores da função publica.

A percentagem do défice público no PIBpm reflecte essa deslocação passando de 49,5% em 1983 para 1,44% em 1995 o que significa em valores absolutos de 80,920 para 3,672 milhões de dólares.

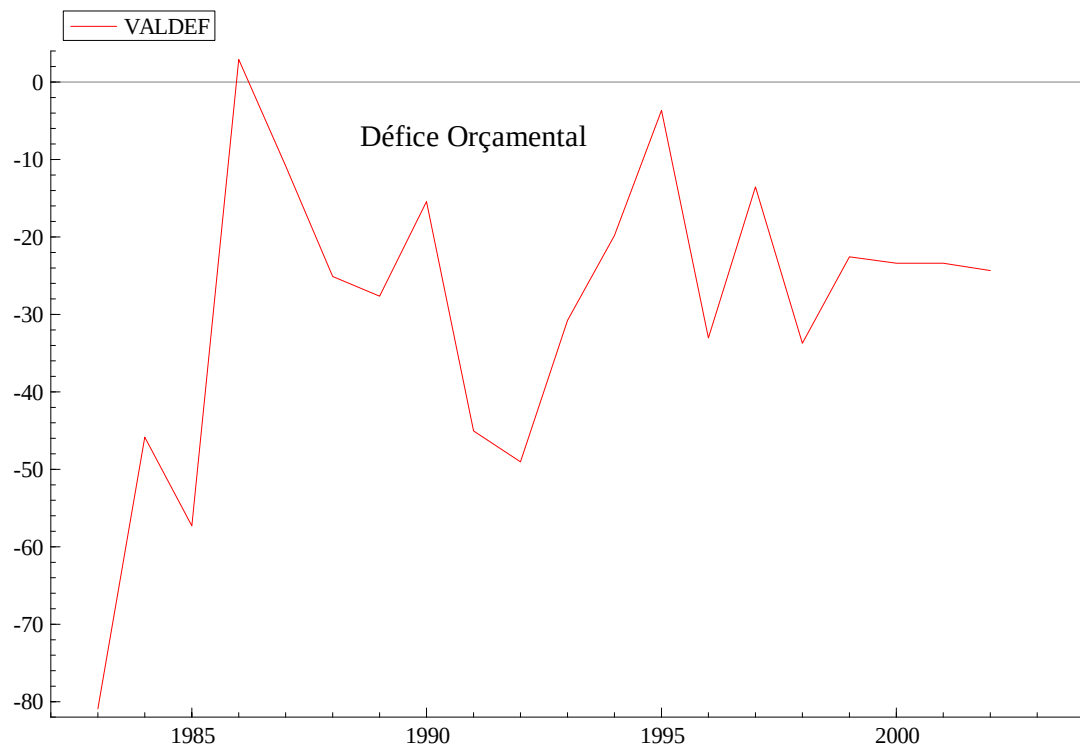
Lembro que é neste período as desnacionalizações tiveram lugar

Outro factor indicativo dos efeitos de aplicação desta medida é a proliferação do mercado informal nas principais cidades particularmente na cidade de BISSAU absorvendo os excedentários da função pública pois estava em curso o processo de construção do mercado e as expectativas benéficas que este remédio trazia ao povo da Guiné. A propósito deste remédio milagre, adoptar as frases do **Alain Caillé**³ que afirma: “há pelo menos vinte anos que a economia dita do desenvolvimento fez harakiri entregou a praça aos peritos do FMI e à sua concepção de banqueiro do mundo e às receitas-milagres do Chicago boys que fingem acreditar que o mercado, que levou séculos a instituir-se na Europa, poderia ser inventado nalguns minutos em toda parte onde os chamam”.

Quanto a receita pública só no ano de 1986 registou um valor superior aos gastos público (é possível que APD tenha contribuído) daí que o superavit atingiu os 2,917 milhões de dólares. Foi o ano, conforme o gráfico atrás apresentado, de acentuada redução da despesa pública. Tirando o ano 1986 a economia sempre teve necessidade de financiamento.

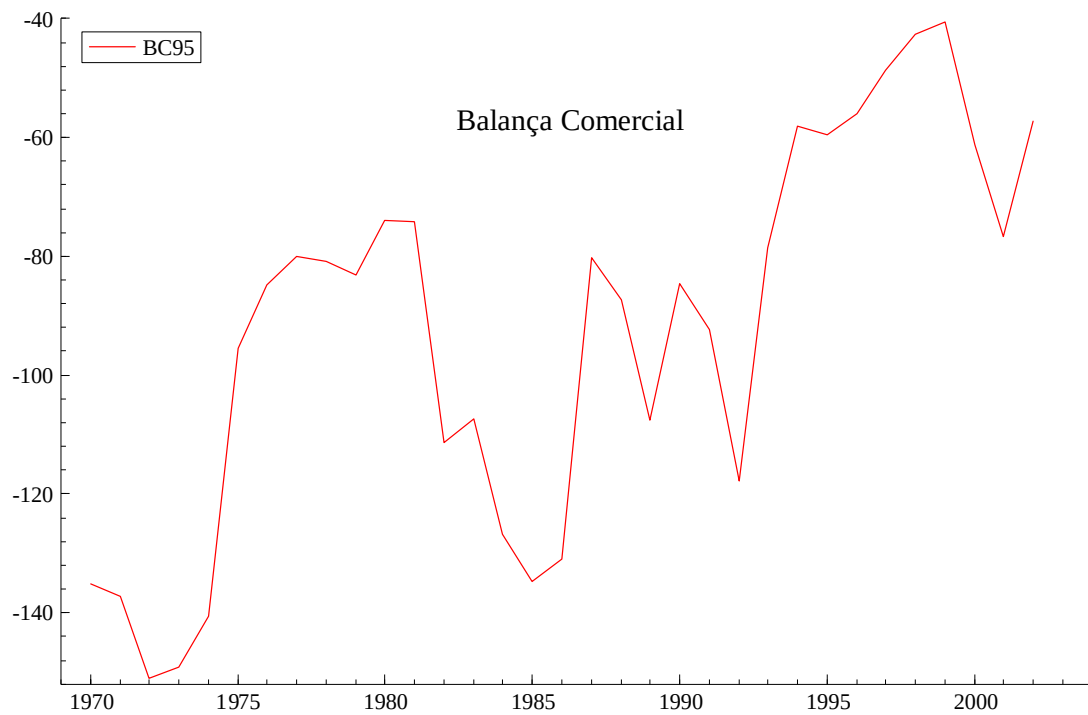
³ Alain Caillé, La démission des clercs – La crise des sciences social et l’oubli du politique, Paris, La Découverte, 1993.

Gráfico 15 – Déficit Orçamental em milhões de dólares: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



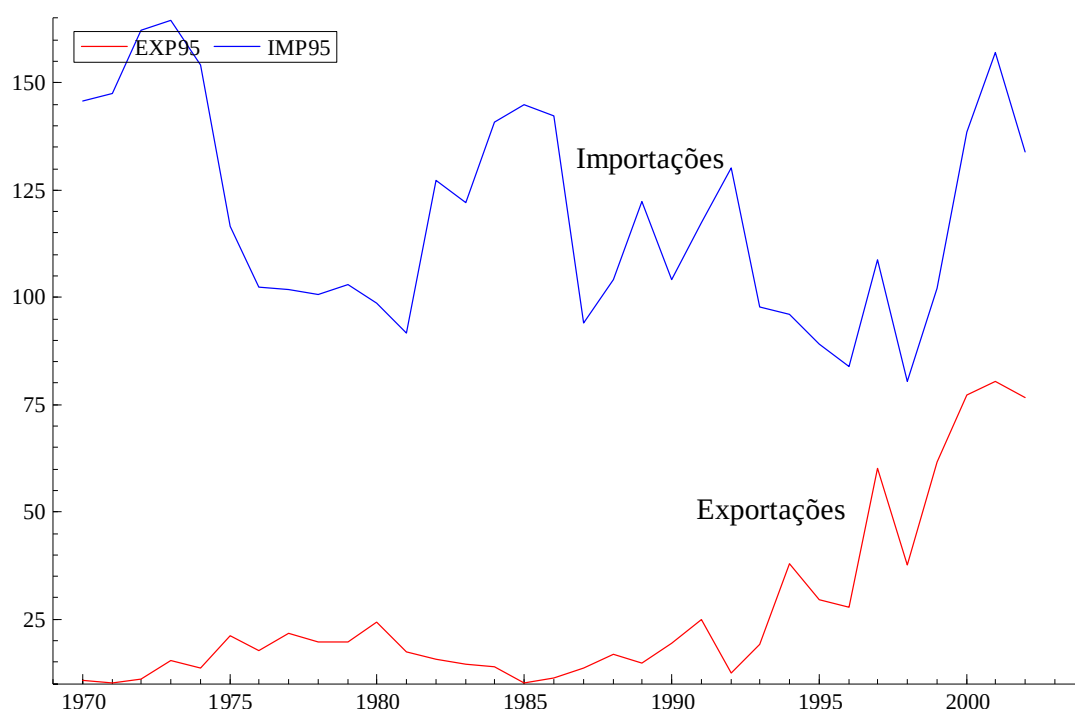
1.4.4-Controle do déficit externo

Gráfico 16 – Balança Comercial em milhões de dólares: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



A balança comercial é deficitária contemporaneamente todavia são notórios os esforços no sentido de a equilibrar. Também aqui cabe observar que nos anos noventa graças a expansão da produção de caju, as exportações cresceram como nunca registradas em qualquer outro momento histórico do país

Gráfico 17 – Importações e Exportações em milhões de dólares: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



Olhando para as duas linhas do gráfico, i.e. as importações e exportações as duas linhas tendencialmente se aproximavam ou seja tendiam para o equilíbrio da balança comercial não tivesse ocorrido o conflito de 1998.

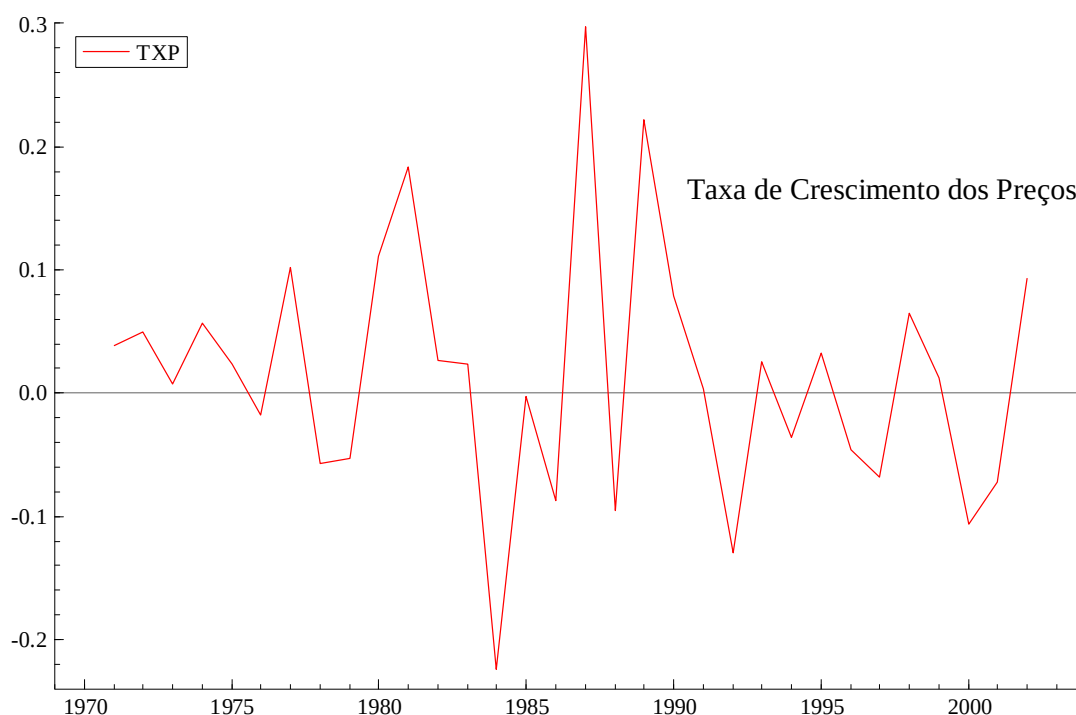
Não restam dúvidas que o melhor desempenho da economia registado em termos de comércio externo, aconteceu nos anos noventa como ilustram as evoluções das exportações e importações no gráfico anterior.

Como se viu nesta demonstração pode afirmar-se que foram de facto envidados esforços para controlar o défice externo.

1.4.5-Controle da inflação

Se os efeitos do esforço de controlar os défices orçamentais e externo foram evidenciados com algum desempenho favorável o mesmo se pode concluir em relação ao controle da inflação. Utilizando o método de variação anual do deflator do PIB com ano base de 95

Gráfico 18 – Inflação, pelo método de variação do deflator: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



O aumento da procura devido a emissão da moeda (peso - unidade monetário de então) provocou em 1987, um aumento dos preços em 30% relativamente ao ano de 1986, ano de abertura do mercado à concorrência.

O impacto do aumento da massa monetário sobre a inflação foi diminuindo com o tempo apesar de a maior taxa de variação de moeda (M1) registada foi entre(1989-1990)

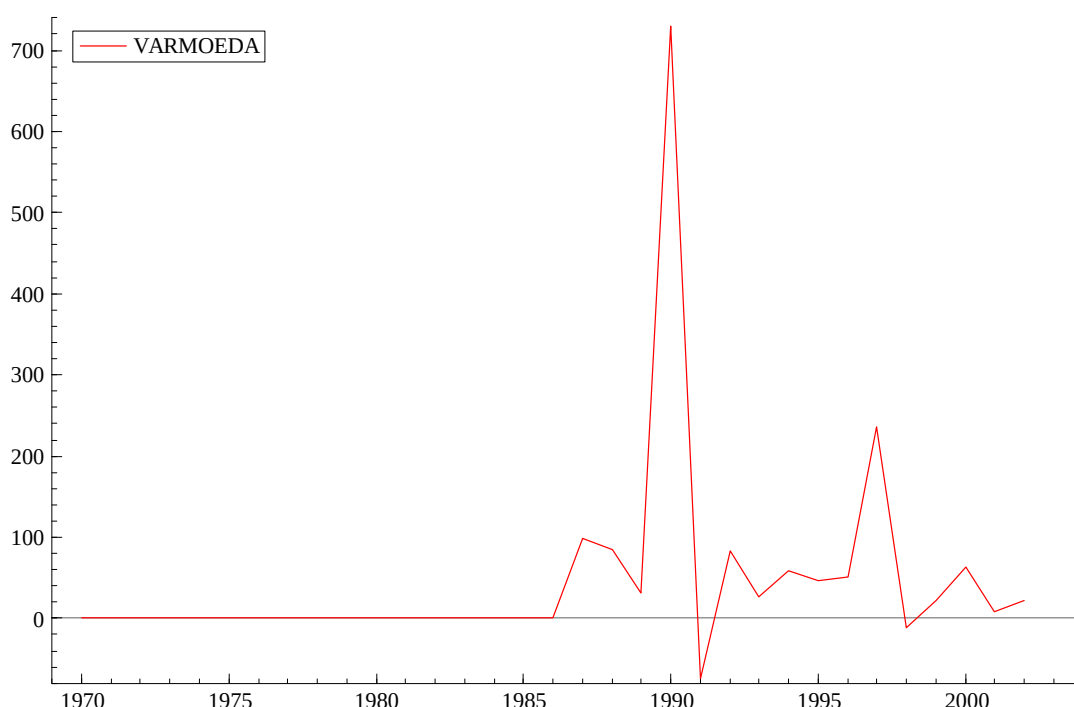
1986 e 1987 com 99,13%.

1989 e 1990 com variação de 729,24%,

1996 e 1997 com 236,28%,

A conclusão que eu tiro sobre essa relação é de que o impacto depende da base monetária do ano anterior uma vez que se trata da variação anual o que sugere uma maior emissão de moeda em 1987 em termos absolutos consequentemente maior inflação registada nesse período. É de considerar também os efeitos de aumento da procura de bens e serviços sobre os preços pós-liberalização do mercado e emissão de moeda para a despesa pública.

Gráfico 19 – Variação anual da Moeda em %: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



Nos anos noventa a inflação tende a estabilizar com uma diminuição média de 0,9% entre 1992 e 2002, sobretudo a partir da adesão à união monetária sub-regional UEMOA cuja moeda é franco CFA controlada pelo Banco Central de África Ocidental (BCAO). No entanto o poder de compra dos guineenses não melhorou devido aos salários baixos e sucessivos atrasos nos pagamentos dos mesmos. Em consequência diminui a procura interna sob forma de desemprego e estanca o crescimento dos preços.

Portanto a leitura que se deve fazer é da degradação da situação social dos Guineense face a observância de estabilidade da inflação e não de eficácia duma qualquer política económica de ajustamento estrutural controlador de inflação. Pois a propensão marginal do consumo é quase 100%, a poupança é praticamente inexistente, os Bancos têm sérias dificuldades de liquidez para financiar o que quer que seja.

Acredito que os níveis de preço vão ainda subir à medida que a economia caminha para níveis estacionário, isto é;

Quando os salários são pagos regularmente;

Quando aumentam os níveis das exportações;

Quando aumentam o consumo privado e o investimento.

Portanto verifica-se uma retracção na procura interna agravada pelo choque assimétrico sobre a procura após a adesão a moeda única.

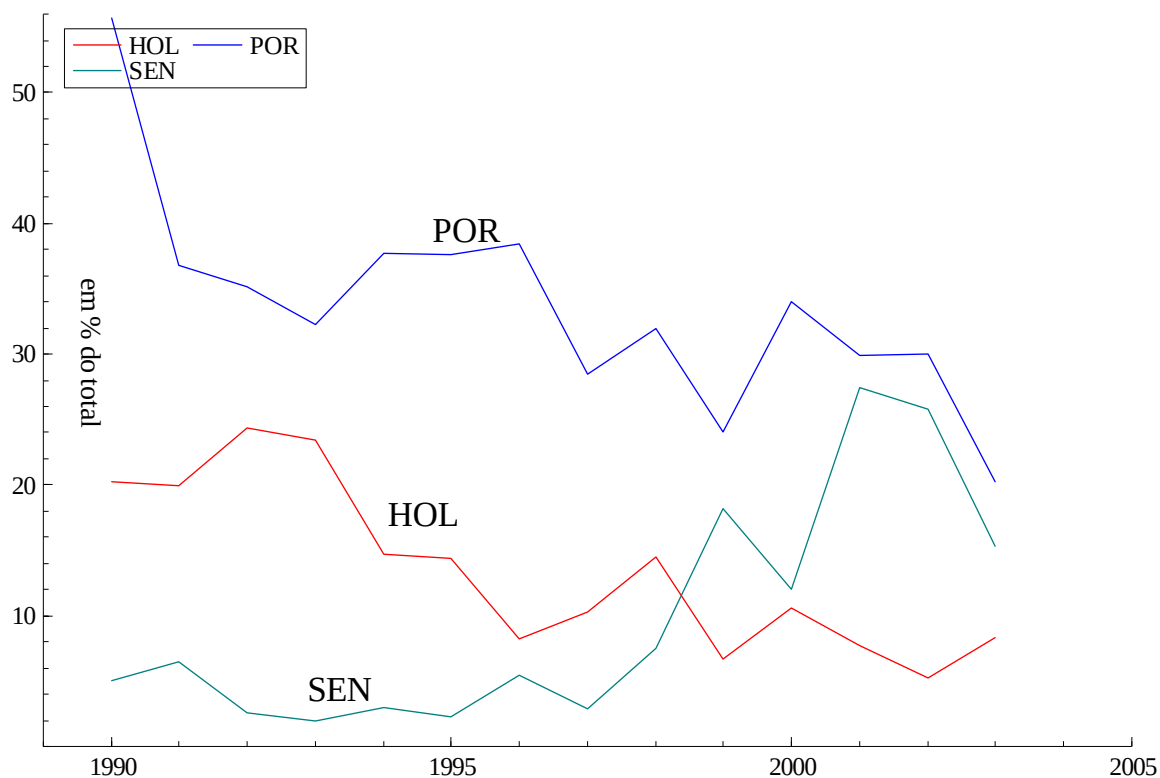
1.4.6-Choque assimétrico sobre a procura

No quadro da teoria das zonas monetárias óptimas de Mundell, perante um choque assimétrico sobre a procura e na ausência do mecanismo cambial o problema do ajustamento resolve-se pela flexibilidade salarial e/ou mobilidade do factor trabalho.

Se estes dois mecanismos não funcionarem o problema será resolvido à custa do aumento da inflação ou através de uma política contraccionista, num dos países:

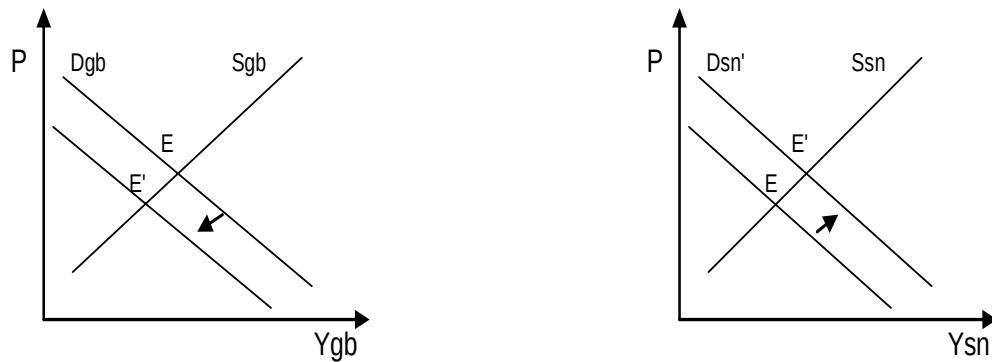
Após a entrada da Guiné-Bissau na UEMOA, podemos estar perante choque assimétrico sobre a procura que favorece a procura dos produtos do Senegal em detrimento da procura dos produtos da Guiné-Bissau ou melhor por escassez.

Gráfico 20 – Importações em % do total: Dados de Banco de Portugal, cálculos do autor.



A procura de bens importados proveniente do Senegal aumentaram significativamente nos últimos anos assim como assiste-se o agravamento da Balança de Transacções Comerciais da Guiné-Bissau com o seu país vizinho. Assim a procura agregada no Senegal aumenta e consequentemente uma redução na Guiné-Bissau portanto estamos perante um choque assimétrico sobre a procura.

Ilustração 1: Choque assimétrico sobre a procura



P = preço;

Dgb = procura de bens e serviços na Guiné;

Dsn = procura de bens e serviços no Senegal;

Sgb, Ssn = ofertas de bens e serviços respectivos;

Ygb, Ysn = rendimentos; E e E' pontos de equilíbrios.

Como não se verifica a mobilidade laboral da Guiné para Senegal e nem flexibilidade salarial na Guiné-Bissau visando aumento de competitividade quer por via de Sindicatos ou outra, o ajustamento será resolvido através de:

- Aumento da inflação no Senegal com equilíbrio da sua BTC ou
- Uma politica contraccionista no Senegal com superavit na sua BTC

Ilustração 2: solução inflacionista com equilíbrio da BTC nos dois países

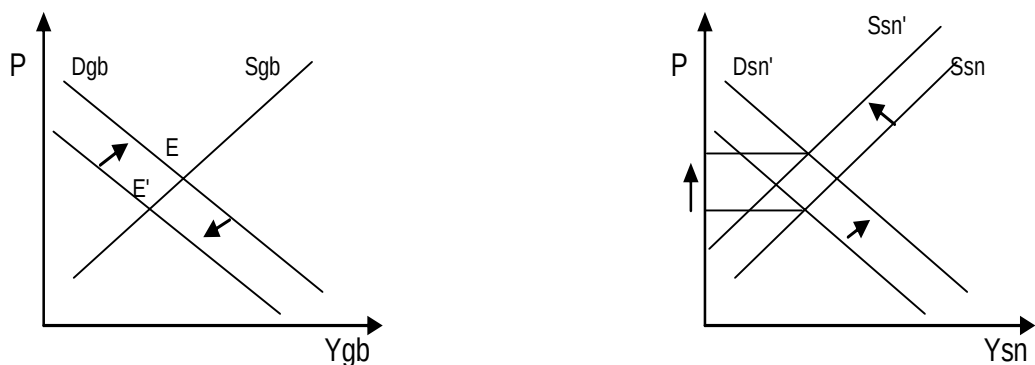
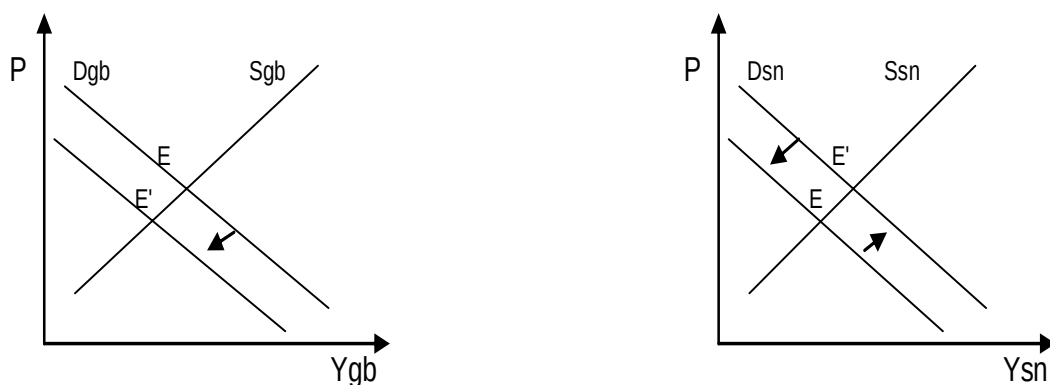


Ilustração 3: Solução com superávit da BTC do Senegal e déficit na BTC da Guiné



Pretende-se mostrar, quer num caso como noutro o problema do choque assimétrico sobre a procura provoca inflação, neste caso, no Senegal devido a aumento da procura dos seus bens e por conseguinte aumenta a sua produção (oferta) e os salários. Esta análise é baseada na hipótese de equilíbrio inicial nas duas economias. Assim é de esperar que Senegal continua a absorver a procura da Guiné nos próximos tempos dado que este último não pode utilizar o mecanismo cambial para ganhar a competitividade (ambos pertencem a zona CFA). Nestas condições a Guiné só terá ganho de competitividade resultante do aumento dos preços no Senegal e que no seu mercado haja oferta capaz de restabelecer a procura nacional. Há uma absorção do mercado guineense pela economia do Senegal. Portanto um alargamento do mercado senegalês.

1.5-CONCLUSÃO

Qualquer dos dois modelos e suas políticas do desenvolvimento tinha, antes de mais, por objectivo a melhoria de bem-estar das populações sobre os quais recaem esses modelos ou políticas. E face ao estudo aqui apresentado com alguma chamada de atenção na observação dos fenómenos em causa e afinal são factos que ocorreram, pertencem ao passado recente da Guiné. Alguns de forma natural e outros nem tanto.

Mas também tais factos condicionadores de mudanças estruturais que no fundo é do desenvolvimento económico que se trata, mostram como não se deve cometer os erros do passado, procurando sim tirar lições com os mesmos. Mostram também que caminhos se deve seguir cabendo a cada qual a melhor interpretação dos mesmos. De uma coisa tenho a certeza. Qualquer que seja o percurso a seguir o melhor será aquele que conduzir a melhoria das condições de vida deste povo o que me leva a perguntar se os modelos e políticas até agora seguidos melhoraram essas condições?

O indicador mais utilizado é o produto interno bruto por habitante. O gráfico que para esse efeito produzi mostra que nunca saiu do fosso dos países pobres, segundo as tabelas do Banco Mundial, pelo contrario pertence aos extremamente pobres não obstante reconhecer também períodos de melhoria mas muito, muito longe dos 750 dólares da tabela. Há evidência também que é possível melhorar por forma de pelo menos aproximar-se dos 750 dólares por habitante posteriormente catalizar esforços para ultrapassar essa barreira o que na segunda parte deste estudo abordarei.

Para fechar este capítulo os dois gráficos seguintes concluem aquilo que não consegui explicar ou realçar neste estudo retrospectivo económico da Guiné – Bissau nos últimos trinta anos.

Gráfico 21 – PIB perca pita em centenas de dólares: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.

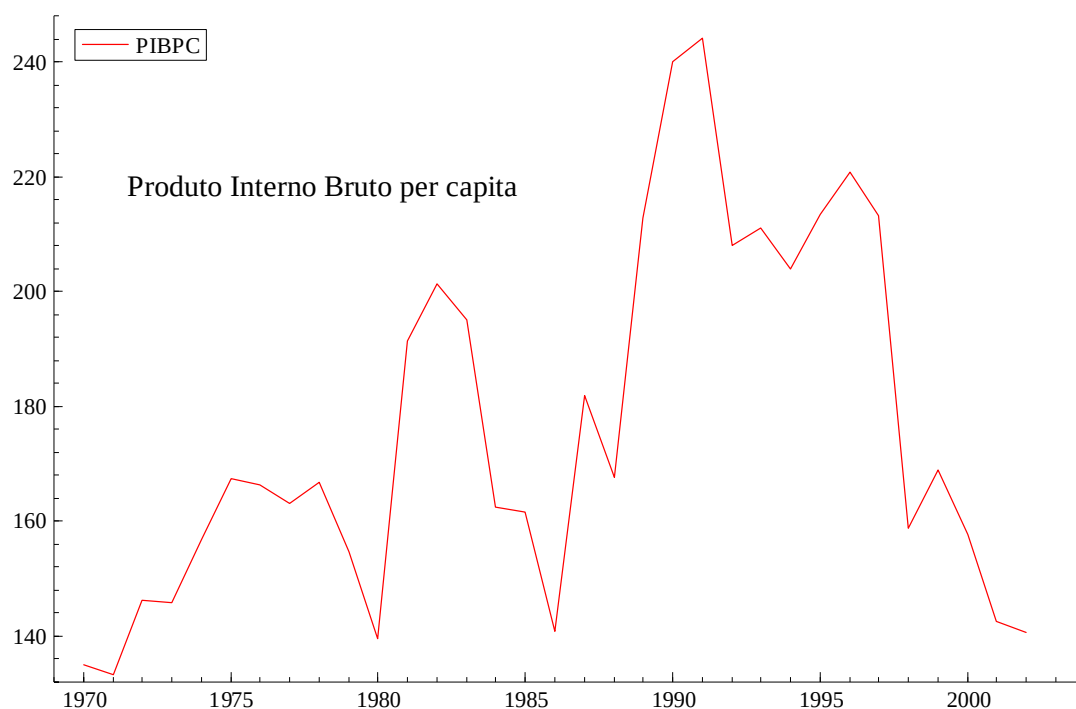
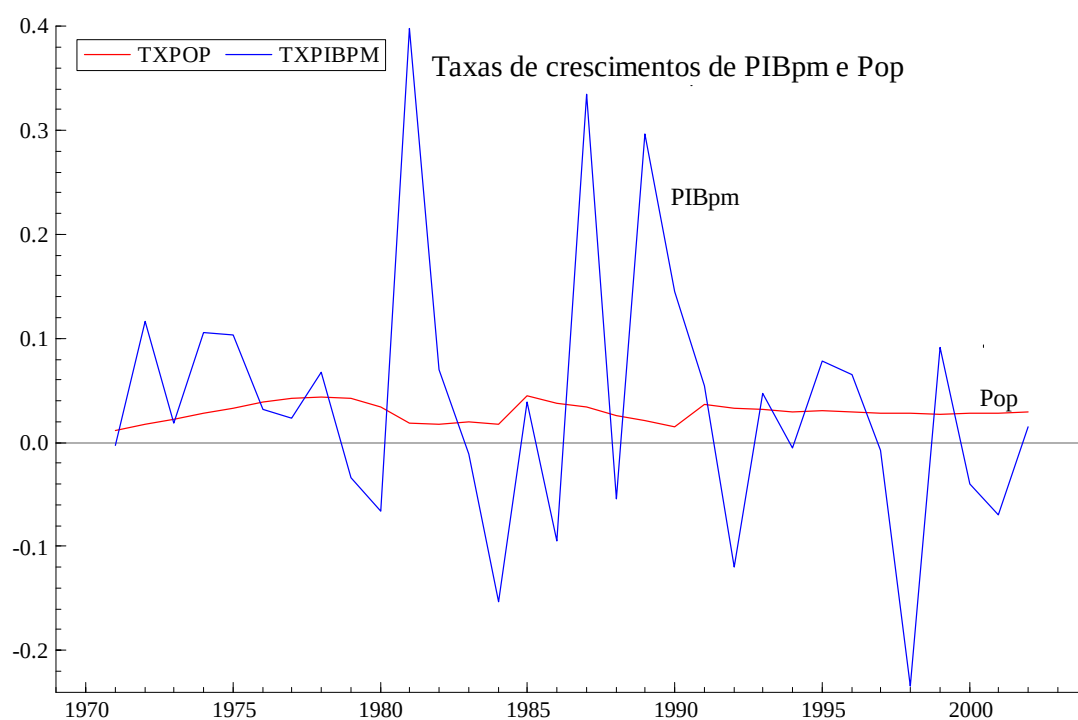


Gráfico 22 – Taxas de Crescimento PIBpm e Pop: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



2-ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DA POBREZA

Após o resumo e demonstração da evolução económica da Guiné dos últimos trinta anos onde se evidenciou a estrutura produtiva (oferta), da despesa interna (procura) e políticas implementadas ao longo destes anos, convém lembrar a inserção internacional do país nas várias organizações.

O país é parceiro de cooperação e membro em várias organizações internacionais quer no quadro bilateral, multilateral e sub-regional por exemplo BM/FMI, OMC, UA/NEPAD, CEDAO/UEMOA entre outras de menor importância para o estudo que aqui se apresenta.

Como se demonstrou no primeiro capítulo a própria estratégia e políticas do desenvolvimento são influenciadas ou condicionadas por essas organizações. Cada uma com normas específicas e o país terá que ter em conta a harmonização dessas normas em qualquer estratégias do desenvolvimento e nalguns casos há antagonismos de interesses entre organizações.

A Guiné-Bissau é membro da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), como qualquer zona monetária há que aproveitar as vantagens da integração mas também não deve perder parceiros tradicionais que sempre prestaram auxílios importantes no processo do seu desenvolvimento.

Nem sempre é fácil conciliar esta ambiguidade sobretudo na implementação das políticas económicas quando o país é fortemente dependente do exterior.

A Organização Mundial do Comércio (**OMC**) reconhece essas dificuldades quando aborda as questões de integração económicas regionais.

2.1-Organização Mundial de Comercio (OMC)⁴

Os acordos de OMC incluem os bens, os serviços e a propriedade intelectual. Estabelecem os princípios da liberalização, assim como as exceções permitidas. Incluem os compromissos contraídas pelos distintos países de reduzir as tarifas aduaneiras e outros obstáculos ao comércio e de abrir e manter abertos os mercados de serviços.

Estabelecem procedimentos para solução das diferenças. Prescrevem um tratamento especial para os países em desenvolvimento.

Os acordos ainda exigem que os governos sejam transparentes nas suas políticas, mediante notificações a OMC, das leis em vigor e as medidas adoptadas, com a finalidade de elaboração periódica de informação, sobre as políticas dos países.

2.1.1-Acordos Comerciais Regionais (ACR) -Âmbito

Regionalismo: são medidas adoptadas pelos governos para liberar ou facilitar o comércio a nível regional caracterizada por zona de livre comércio ou união aduaneira.

No contexto de OMC, os acordos comerciais regionais tem um significado cada vez mais geral e mais específico.

Mais geral porque os ACR podem ser acordos subscritos entre países que não pertencem necessariamente a mesma região geográfica. **Mais específico** porque as disposições de OMC referem especificamente as condições de liberalização do comércio preferencial no âmbito de ACR.

Aplicação ACR varia de um ACR para outro conforme os acordos preferenciais dos países signatários que podem ser modernos ou mais sofisticado.

Os ACR modernos, não exclusivamente aqueles que vinculam as economias mais desenvolvidas, tendem a ser muito mais que exercícios de redução tarifaria mas sim de disposição cada vez mais complexa que regem o comercio intra

⁴ Organização Mundial de Comercio – ACR

regional nomeadamente em relação as normas, as clausulas de salvaguarda, a prática aduaneira, etc. São contemplados também com frequência normas para comercio mutuo de serviços.

OS ACR mais sofisticado vão além dos mecanismos de politica comercial tradicional e incluem normas regionais em matéria de inversão, competência meio ambiente e mão-de-obra.

2.1.2-Normas

Quando um membro se adere a um acordo de integração regional, em virtude ao qual subscrevem as demais partes em dito acordo para uma condição mais favorável em matéria de comercio, relativamente aquelas que concede os membros da OMC, partindo do principio de não descriminação definido, em particular, no artigo I do GATT e artigo II do AGCS (Acordo Geral do Comercio e Serviços).

Os membros da OMC podem aderir-se a acordos deste tipo em determinadas condições que se estipulam em três séries de normas.

1. Os parágrafos 4 à 10 do artigo XXIV do GATT – 1994, contem disposição relativa ao estabelecimento e funcionamento de União Aduaneira e Zonas de Livre Comercio.
2. Cláusula de habilitação – 1979, acordos comuns de preferência entre países em desenvolvimento. Acordos diferenciados e mais favorável, reciprocidade e maior participação dos países em desenvolvimento.
3. O artigo V do AGCS rege a conclusão de acordos comerciais regionais em esfera do comércio e serviços, tanto para países desenvolvidos como para os países em vias de desenvolvimento.

Para aplicação de outros acordos preferências não generalizados, por exemplo, os acordos preferenciais não recíproco entre países em desenvolvimento, os membros devem solicitar uma isenção das normas da OMC.

Essas isenções requerem aprovação de três quartos dos membros da OMC. Entre os acordos deste tipo actualmente em vigor, cabe mencionar a lei dos EUA de recuperação económica das Caraíbas, em virtude da qual Canadá oferece acesso

em regime de franquias e de não reciprocidade, a maioria dos países de Caraíbas, Turquia, Bósnia (regime preferencial) e ACP – CE.

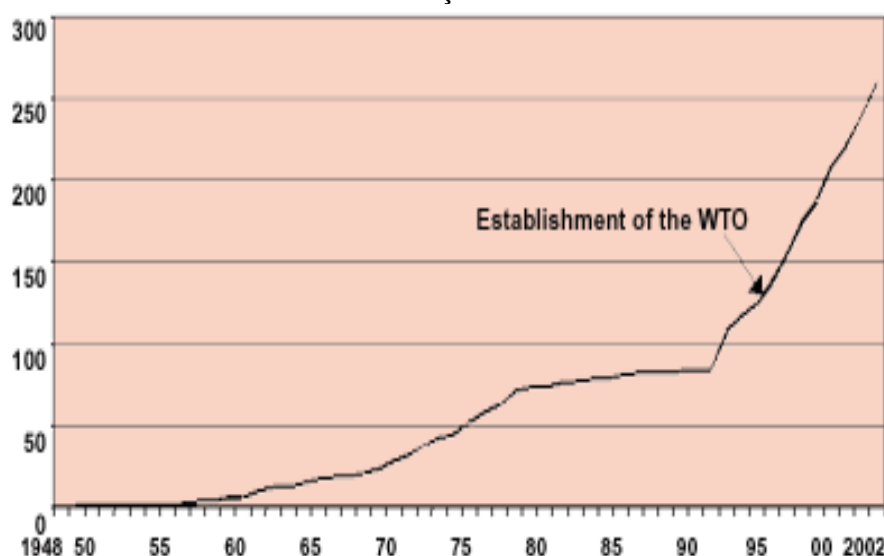
Os membros da OMC ou seja os antigos membros da GATT têm obrigação de notificarem os acordos comerciais em que participam. Quase todos os membros da OMC têm notificado suas participações em uma ou mais acordos comerciais regionais (alguns membros são parte em vinte ou mais acordos).

As notificações também podem referir-se a adesão de novas partes a um acordo já existente, por exemplo, a notificação da adesão de Bulgária a acordos de livre comércio de Europa Central.

No período compreendido entre 1948 e 1994, o GATT recebeu 124 notificações de ACR na esfera de comércio de mercadorias.

Com estabelecimento de OMC em 1995, foram notificados mais de 130 acordos adicionais que englobam o comércio de mercadorias ou serviço (ver gráfico).

Gráfico 23 – Evolução dos ACR - OMC



Nem todos os ACR notificados nos últimos 50 anos estão em vigor actualmente. Na sua maioria foram substituídos por novos acordos concertados entre os mesmos signatários.

Entre os mais conhecidos ACR destacam-se a União Europeia, Associação Europeia de Livre Comércio, Zona de Livre Comércio das Américas, MERCOSUR (Mercado Comum do Sul), Zona de Livre Comércio da ASEAN

(Associação das Nações de Sudoeste Asiático), COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Meridional), **CEDEAO** (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental).

2.1.3-Comité

Em Fevereiro de 1996, o Conselho Geral da OMC estabeleceu o Comité de Acordos Comerciais Regionais. As suas funções incluem o exame dos distintos acordos comerciais regionais e das consequências sistémicas desses acordos para o sistema multilateral de comércio e a relação que existe entre eles.

Cabe ao Comité de Acordos Comerciais Regionais (CACR), examinar os acordos, como único órgão responsável para tal, contribuindo para racionalizar o processo de examinação e possibilitando um fórum para o debate das questões sistémicas intersectoriais que existem na maioria dos acordos.

O CACR, além de apresentar informações bienal, relativa aos exames dos ACR, o Comité aborda as questões de interesse intersectorial (sistémico) em três aspectos fundamentais: análise jurídica das disposições pertinentes da OMC, comparação horizontais com os ACR e debates sobre aspectos económicos e contextuais dos ACR.

O propósito do Comité, é também garantir a transparência dos Acordos Comerciais Regionais e permitir aos seus membros uma conduta em conformidade com as normas da OMC. Assim o CACR tem ligações permanentes com ACR, emite informações, responde as perguntas etc.

2.1.4-Considerações Finais sobre ACR

Os Acordos Comerciais Regionais podem complementar o sistema multilateral de comércio, contribuir e reforçar a sua construção. No entanto por sua própria natureza, os ACR são discriminatórios, violando desta forma um dos princípios fundamentais do sistema multilateral de comércio.

Os seus efeitos na liberalização de comércio e crescimento económico regional a partida são intrinsecamente ambíguos.

Os ACR estão concebidos para benefícios dos países signatários, podem não alcançar os benefícios previstos se não reduzirem ao mínimo ou eliminar na sua totalidade as distorções no tocante a acessibilidade de recursos, assim como nos desvios de comércio e as inversões, potencialmente presentes no processo de qualquer ACR.

O impacto económico de um ACR dependerá da sua própria estrutura e da selecção de seus principais parâmetros internos, em particular a magnitude da liberalização do comércio e cobertura sectorial.

O aumento cada vez mais de ACR, junto com a preferência mostrada para concluir acordos de livre comércio bilaterais, tem produzido um fenómeno das coincidências na composição dos mesmos. Dado que cada ACR tende a desenvolver seu próprio mini região comercial, a coexistência num mesmo país de normas comerciais diferentes aplicável a diferentes participantes nos ACR passou a ser uma característica frequente. Isto pode comprometer as correntes comerciais, acarreta custos para os comerciantes, por estes suportarem ou cumprirem múltiplas normas comerciais.

A proliferação de ACR, especialmente a medida que o seu alcance se amplia para esferas de política não reguladas multilateralmente, aumenta os riscos de incompatibilidade de normas e procedimentos entre os próprios ACR, e entre estes e acordos multilateral. Pode suscitar uma confusão normativa, uma distorção dos mercados regionais e graves problemas de aplicação, especialmente nos casos de coincidência na composição dos ACR.

2.2-A NOVA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA (NEPAD)

1. A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África é uma promessa dos líderes Africanos, baseada numa visão comum e numa convicção firme e partilhada de que eles têm uma missão urgente de erradicar a pobreza e colocar os seus países, individual e colectivamente, na via de crescimento sustentável e do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, de participarem activamente na economia mundial e na vida política. O Programa é igualmente, baseado na determinação dos Africanos de se livrarem a si próprios e o continente dos males do subdesenvolvimento e da exclusão num mundo em globalização.

2. A pobreza e o atraso da África são um contraste marcante com a prosperidade do mundo desenvolvido. A continuada marginalização da África do processo da globalização e a exclusão social da vasta maioria das suas populações constituem uma ameaça séria a estabilidade mundial.

3. Historicamente, o acesso às instituições da Comunidade Internacional, ao crédito e a ajuda binomial sublinhou a lógica do desenvolvimento Africano.

O crédito originou o ciclo da dívida que, das prestações ao reescalonamento, ainda persiste e prejudica o crescimento dos países africanos. Esta opção atingiu os seus limites. Em relação ao outro elemento da ajuda binomial, pode-se igualmente registar a redução da ajuda privada e o limite máximo da ajuda pública que se situa abaixo das metas definidas nos anos 70.

4. Em África, 340 milhões de pessoas, ou seja a metade da população, vivem com menos de 1 dólar (\$EU) por dia. A taxa de mortalidade infantil entre crianças de menos de cinco anos de idade atinge os 140 por 1000 e a esperança de vida ao nascimento é de apenas de 54 anos. Somente 58% da população tem acesso a água potável. A taxa de analfabetismo entre pessoas de idade superior a 15 anos atinge os 41%. Existem apenas 18 linhas telefónicas principais para 1000

peças em África, comparados com 146 para o resto do mundo em geral e 567 nos países de alto rendimento.

5. A NEPAD procura inverter esta situação anormal, através da mudança das relações sobre as quais ela assenta. Os africanos são chamados a não continuarem a aceitar o aprofundamento da dependência, através da ajuda, nem a aceitarem concessões marginais.

6. Os líderes da África estão convencidos de que existe uma oportunidade histórica que se apresenta para pôr termo ao flagelo do sub-desenvolvimento que afecta a África. Os recursos incluindo capital, tecnologia e capacidades humanas, necessárias para lançar uma guerra generalizada contra a pobreza e o sub-desenvolvimento existem em abundância e estão aos seus alcances. O que é necessário para mobilizar recursos e utilizá-los correctamente é uma liderança determinada e esclarecida que esteja verdadeiramente engajada no esforço do desenvolvimento humano sustentado e na erradicação da pobreza, bem como uma nova parceria global baseada na responsabilidade partilhada e no interesse mútuo.

7. Em todo o continente, os Africanos declaram que jamais aceitarão serem condicionados pelas circunstâncias. Definirão o seu próprio destino e apelam ao resto do mundo para que complemente os seus esforços. Já existem sinais de progresso e de esperança. Regimes democráticos que estão engajados na protecção dos direitos humanos, desenvolvimento centrado no homem e em economia de mercado estão a florescer. As populações africanas começam a manifestar a sua recusa em aceitar uma liderança económica e política medíocre. Estes acontecimentos, porém, são dispersos e inadequados e necessitam de ser acelerados.

8. A NEPAD é acerca da consolidação e aceleração destes ganhos. É um apelo para um novo relacionamento de parceria entre a África e a Comunidade Internacional, especialmente os países altamente industrializados, para reduzir o

fosso de desenvolvimento que não pára de aumentar por causa de séculos de relações desiguais.

2.2.1-Objectivo a Longo Prazo

- 1) Erradicar a pobreza em África e colocar os países africanos individual e colectivamente, na via do crescimento e desenvolvimento sustentáveis e estancar, desta forma, a marginalização de que a África é objecto no processo de globalização.
- 2) Promover o papel das mulheres em todas as actividades.

2.2.2-Objectivos /Metas

- 1) Realizar e sustentar uma média da taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) acima dos 7% anuais nos próximos 15 anos.
- 2) Assegurar que o Continente realize as Metas de Desenvolvimento Internacional (IDGs) acordados e que são:
 - a) Reduzir em metade a proporção das populações que vivem na extrema pobreza entre 1990 e 2015;
 - b) Matricular todas as crianças em idade escolar nas escolas primárias até 2015;
 - c) Realizar progressos para assegurar a igualdade do género e capacitar as mulheres, através da eliminação das disparidades sexuais no processo de matrículas na educação primária e secundária até 2015;
 - d) Reduzir em dois terços, os rácios da mortalidade infantil e da criança entre 1990 e 2015;
 - e) Reduzir os rácios da mortalidade materna em três quartos entre 1990 e 2015;
 - f) Providenciar, o acesso para todos os necessitados aos serviços da saúde de reprodução até 2015;

- g) Implementar estratégia nacionais para realizar o desenvolvimento sustentável até 2015, por forma a investigar as perdas de recursos do ambiente até 2015.

2.2.3-Estratégias

- a) Crescimento e desenvolvimento económico e incremento do emprego;
- b) Redução nos níveis da pobreza e da desigualdade;
- c) Diversificação das actividades produtivas, promoção da concorrência internacional e do aumento das exportações;
- d) Incrementar a integração africana.

2.3-UNIÃO ECÓNOMICA E MONETÁRIA DA ÁFRICA OCIDENTAL (UEMOA)

Uma união Económica (CEDEAO) é um mercado comum em que os países membros decidem unificar as políticas económicas: fiscais, monetárias, etc. Mercado Comum são uma União Aduaneira (eliminação de barreiras alfandegarias e fixação de pauta aduaneira face aos terceiros) com liberalização dos movimentos de factores entre os países participantes ou seja livre circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capitais.

União Monetária (UEMOA) é uma união económica com moeda única. A Guiné-Bissau aderiu à união no dia 2 de Maio de 1997 tornando-se no 8º Estado membro da União.

A UEMOA é constituída por oito países:

- BENIN
- BURKINA FASO
- COSTA DO MARFIM
- GUINÉ-BISSAU
- MALI
- NIGER
- SENEGAL
- TOGO

Estes países também pertencem a CEDEAO

2.3.1-Benefícios

Quando um país entra numa Zona Monetária implica a perda de instrumentos de política monetária e cambial. Por outro lado é uma forma de impor disciplina monetária e garantir uma inflação baixa, facilitando as trocas e um atractivo ao investimento estrangeiro dos países da zona de integração.

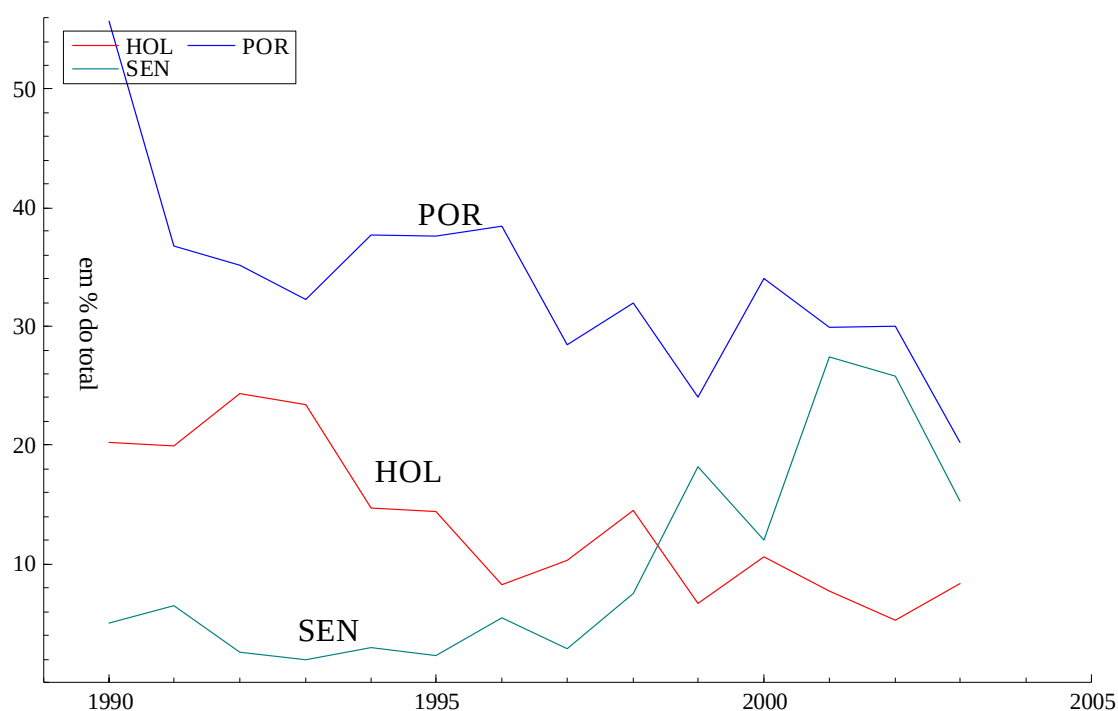
A Guiné como se viu na primeira parte conseguiu controlar a inflação mas as trocas no seio da UEMOA não tem grande peso na Balança Comercial o que também se verifica de uma maneira geral nos restantes países membro. Ou as

exportações estão direccionadas maioritariamente para os países fora da União ou são as importações com origens fora da União.

Todavia é cada vez notório a evolução de trocas comerciais dentro da União por exemplo os maiores parceiros de exportações do Togo são países de UEMOA/CEDEAO (relatório do BCEAO 2001 Balança de Pagamento).

É de sublinhar que o maior parceiro comercial da UEMOA é a EU (União Europeia), no caso concreto da Guiné há um aumento progressivo das importações provenientes da União (Senegal).

Pelos dados do Banco de Portugal – evolução das economias dos PALOP, confirma-se uma tendência crescente de Senegal vir a ser um dia o maior parceiro das importações da Guiné.



Os três maiores países das importações da Guiné-Bissau

De 1997 as importações de bens do Senegal registam um crescimento significativo face à Portugal devido as vantagens da integração na União Monetária.

Não se pode recusar a ocorrência do Efeito Desvio de Comercio uma vez que as trocas com exterior (sobretudo com UE) suplantam as trocas ao nível da União mas os Efeitos Dinâmicos da Integração Económica e Monetária permitirá uma evolução na estrutura das economias dos países participantes e especialmente a Guiné, de maneira diferente do que se não tivessem integrado.

A livre circulação de bens e serviços cria um ambiente mais competitivo e possibilita uma redução do grau do monopolismo que estava presente antes da integração, permitindo o acesso a maiores mercado, possibilita que possam fazer economias de escala em certos bens exportáveis como a castanha de caju. Estas economias de escala podem levar a que empresas exportadoras desse bem tenham sucesso e contribuam para um maior acréscimos de investimento na economia do país.

Ainda das economias de escala pode resultar uma baixa de custos de inputs, devido aos efeitos de expansão do mercado.

A entrada da Guiné na Zona Monetária pode vir a estimular maiores investimentos para o país não só a nível da Integração, como de fontes estrangeiras.

Portanto são efeitos dinâmicos que criam a eficiência económica consequentemente o crescimento que se espera obter.

Penso que resumidamente ficou explicita algumas vantagens que a Integração na UEMOA pode trazer para Guiné-Bissau assim como todos os restantes países da Integração.

2.3.2-Custos

A integração também tem suas desvantagens; além da perda de instrumenta da política cambial e monetária há o problema de simetria regional.

As diferenças de níveis de desenvolvimento dos países da Integração pode causar problemas sérios para os menos desenvolvidos daí as politicas da União para colmatar essas diferenças através de Fundo Estrutural, Social etc.

No pleno funcionamento de livre circulação de bens e pessoas, portanto num contexto de mercado livre e concorrencial, os mais desenvolvidos são os mais competitivos.

São economias com estruturas produtivas e comerciais diferentes.

O país da zona CFA que faz fronteira terrestre com a Guiné, é o Senegal. Sublinha-se que o Senegal é a segunda maior economia da União Monetária depois de Costa do Marfim. As taxas de crescimentos das duas economias são diferentes estando sujeitos à choques assimétricos sobre a procura que pode ser a causa do aumento das importações da Guiné proveniente do Senegal desde 1997 com a Balança Comercial a favor do Senegal (ver alguns indicadores em anexo).

2.4-PROGRAMA ECONOMICO REGIONAL DA UEMOA (PER)⁵

A Declaração da conferencia dos Chefes dos Estados e de Governos da UEMOA, de 10 de Janeiro de 2004 no Cotonu (Benin), intitulado **Impulsionar uma nova dinâmica no processo da integração regional** e sob proposta da Comissão da UEMOA, do BCEAO e BOAD, o Conselho dos Ministro decide:

Adoptar o Programa Económico Regional (**PER**) 2004-2008 da UEMOA, cujo objectivo global no seu artigo nº 2, é de contribuir para o aprofundamento do processo da integração com vista à estimular um crescimento forte, duradouro e redutor de pobreza.

O programa tem em conta não só a preocupação com a redução da pobreza no seio da UEMOA mas também com actual quadro do desenvolvimento privilegiado da formação dos blocos económicos regionais e com a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), no quadro de parcerias com ACP, UE, Banco Mundial e BAD.

O PER foi elaborado dentro dum contexto internacional favorável, marcado por empenho forte nas parcerias do desenvolvimento para obtenção do apoio financeiro e técnico para realização das acções do desenvolvimento comunitário

⁵ UEMOA - PER

e na criação de sinergia com outras organizações de vocação regional como a CEDEAO, CILSS, etc.

O PER é um instrumento estratégico visando aprofundar a integração económica regional. Permite criar bases para uma nova organização de produção, de circulação de factores de produção, de bens e serviços e de capital no seio da integração. É deves importante ver as políticas sectoriais e as prioridades do PER

2.4.1-Políticas Sectoriais

As políticas sectoriais previstas no Tratado traduzem a vontade das Autoridades da União de assegurar as condições de um desenvolvimento equilibrado e durável dos Estados membros. Foram adoptadas políticas nos domínios de:

Indústria

Minas

Artesanato

Transportes

Agricultura

Energia

O Programa Económico Regional privilegia três eixos fundamentais:

Reabilitação e modernização das infra-estruturas económicas

Valorização e transformação dos recursos naturais

Desenvolvimento humano

Estes três eixos constituem 69,1%, 15,6% e 11,2% dos recursos a mobilizar respectivamente.

Nas políticas de convergência além das Políticas Sectoriais contempla também as da União Aduaneira, Mercado Comum e Pólo Monetário e Financeira.

2.5-PPAE

Países Pobres Altamente Endividados (PPAE), é uma iniciativa lançada em 1996 e aprovada por 180 governos com dois objectivos principais.

Primeiro é aliviar certos países de rendimento baixo da sua dívida insustentável aos doadores.

Segundo é promover a reforma e políticas sãs para o crescimento, o desenvolvimento humano e a redução da pobreza.

A estrutura PPAE foi melhorada em 1999 introduzindo critérios mais alargados de elegibilidade e aumenta o alívio da dívida. Para serem elegíveis, os países têm que ser elegíveis para ajuda altamente concessional, como seja a da Associação Internacional de Desenvolvimento, do Banco Mundial e a da Facilidade para a Redução da Pobreza e o Crescimento, do FMI. Além disso, os países têm de enfrentar uma dívida insustentável mesmo depois da aplicação total dos mecanismos tradicionais de alívio da dívida. Também têm que ter uma história comprovada de execução de estratégias orientadas para a redução da pobreza e a criação das bases para o crescimento económico sustentável.

O alívio da dívida ocorre em duas fases:

Na primeira fase, **no ponto da decisão**, o país recebe o alívio do serviço da dívida depois de ter demonstrado a adesão a um programa do FMI e progresso no desenvolvimento de uma estratégia nacional para a pobreza.

Na segunda fase, **no ponto de conclusão**, o país recebe alívio do stock da dívida mediante aprovação pelo Banco Mundial e pelo FMI do seu documento de Estratégia de Redução da Pobreza. O país tem direito a pelo menos 90% de alívio da dívida pelos credores bilaterais e multilaterais, para tornar os níveis da dívida sustentáveis.

Os PPAE estão excessivamente endividados há pelo menos vinte anos: segundo os padrões dos países pobres, os seus rácios da dívida em relação às exportações já eram elevados nos anos de 1980. Ao mesmo tempo, os PPAE receberam considerável ajuda pública ao desenvolvimento. As transferências líquidas dessa

ajuda registou uma media de cerca de 10% do seu PNB nos anos de 1990, contra cerca de 2% para todos os países pobres.

A Guiné é um país de rendimento baixo, com dívida externa elevadíssima mostrou no passado esforços de execução de programas do desenvolvimento através políticas económicas reformistas, é um PPAE como se mostra nos gráficos seguintes.

Gráfico 24 – Dívida Externa: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.

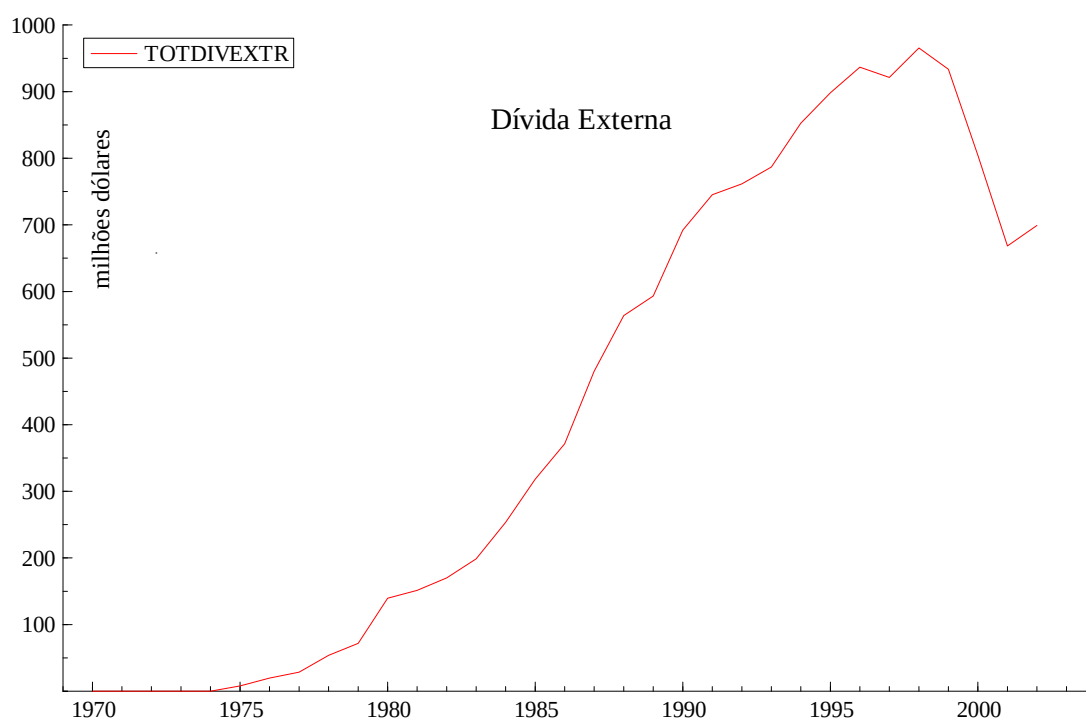
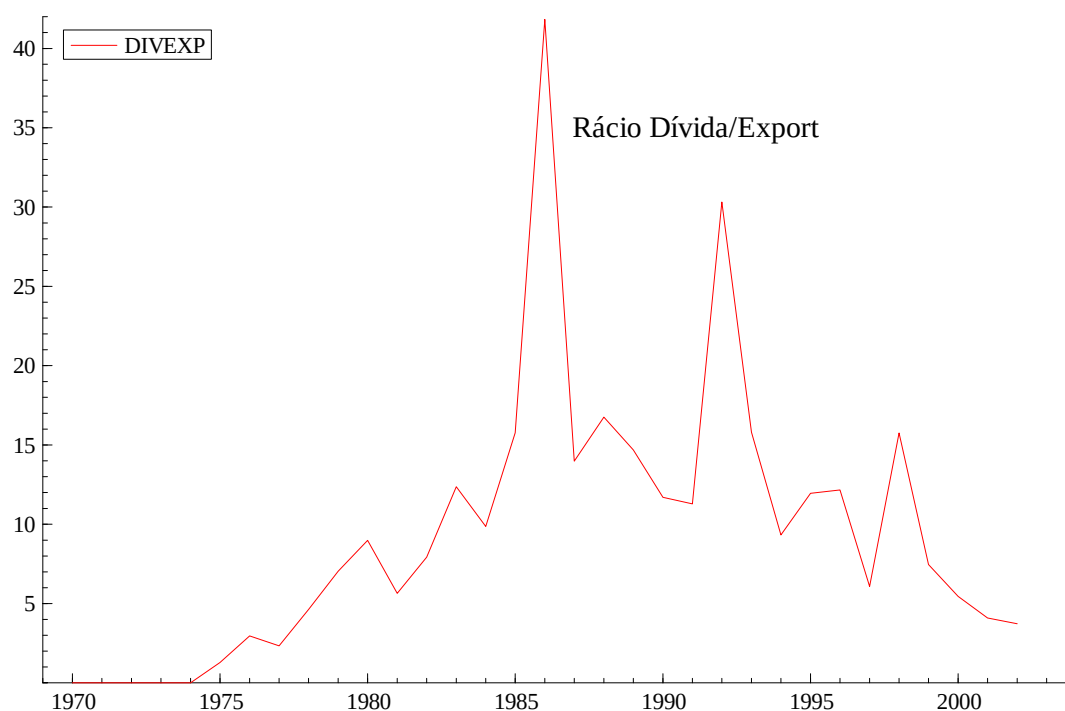


Gráfico 25 – Rácio da Dívida Externa: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



Como se pode ver a dívida externa em 1986 é quarenta vezes mais que as exportações à preço corrente, trinta em 1992 e finalmente em 2002, o rácio da dívida cai para três (pelo efeitos de alívio do serviço da dívida - ponto da decisão) A situação do país se ajusta ao plano de FMI/BM para os PPAE.

2.6-DOCUMENTO DE ESTRATEGIA NACIONAL DE REDUÇÃO DA POBREZA (DENARP)

Após esta breve exposição quer no quadro sub-regional ou no quadro internacional percebe-se indiscutivelmente que há preocupação com o fenómeno “pobreza”. Portanto na linha do pensamento dos modelos do desenvolvimento que a Guiné já experimentou, como se mostrou na primeira parte deste estudo, é oportuno dizer que face às novas abordagens do desenvolvimento com ênfase na pobreza está-se a introduzir um terceiro modelo e política do desenvolvimento cujo alvo principal é a redução da pobreza.

Assim o **DENARP** (Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza) é sem dúvida, um documento elaborado para atingir esse fim, de forma participativa e abrangente.

Participativa porque envolve desde o nível político ou institucional, o nível técnico nacional e sociedade civil até o popular e comunitário.

Abrangente porque é multidimensional; preocupando-se com aspectos económico, social e ambiental.

É acima de tudo um documento que converge com o PER da UEMOA, PPAE e NEPAD.

Basicamente o objectivo é criar condições que permitam um crescimento económico que por sua vez criar emprego. A criação de emprego é sinónimo de redução da pobreza de uma maneira geral.

Para haver um crescimento económico é preciso uma estratégia global que viabilize o processo de construção de uma sociedade sã e próspera.

Estas preocupações estão no DENARP.

Mas é preciso ir mais profundo daquilo que em linhas gerais está contemplado no DENARP uma vez que este até reconhece que mantendo o estado actual da situação poderá não poder cumprir os objectivos do milénio previsto no NEPAD.

É de extrema importância conhecer o contexto histórico na elaboração do DENARP e definição da pobreza.

2.6.1-Contexto Histórico

A pobreza é um fenómeno objectivo que pode ser definido como um estado de grande carência e uma condição de incapacidade de satisfazer as necessidades humanas básicas, em termos de alimentação, vestuário, abastecimento de água potável, habitação, saneamento básico, cuidados primários de saúde e educação, independentemente das distintas percepções das comunidades

A partir dos anos 80, a Guiné-Bissau começou a reformar o conjunto da vida económica, social e política do país.

Em 1991 foi feito um Inquérito sobre o Consumo e Orçamento das Famílias (ICOF)

Os resultados do ICOF foram apresentados em 94 e revelaram:

- I. 88% da população era considerada pobre
- II. A maioria dos pobres não teve acesso a educação formal e as suas despesas, per-capita, são +/-50% inferiores às das pessoas que atingiram o nível do ensino secundário
- III. Grande nível da pobreza encontra-se na zona rural (onde vive 70% da população)
- IV. A pobreza também é um fenómeno urbano (20% da população) que se reflecte na:
 - Falta de alojamento
 - Insegurança alimentar
 - Fraca qualidade dos serviços escolares
 - Acesso limitado aos cuidados primários de saúde
 - Vulnerabilidade social

De 1994-1996 foi realizado um estudo prospectivo de longo-prazo: Guiné-Bissau 2025, **Djitu Ten**.

Este estudo teve uma abordagem participativa o que permitiu conhecer as aspirações da população, assim como identificar os obstáculos ao desenvolvimento em estratégias adequadas para o desenvolvimento da Guiné – Bissau.

Para a eliminação da pobreza é necessário uma abordagem ampla, tendo em conta:

- **Aspectos económicos**
- **Aspectos Sociais**
- **Aspectos humanos, ambientais e institucionais.**

Em suma:

Para uma boa governação e para um combate à pobreza há que ter em atenção vários aspectos, tais como:

- Luta contra a corrupção
- Respeito pelos direitos humanos
- Igualdade entre géneros
- Reforço das capacidades institucionais
- Melhoria da oferta de serviços sociais
- Aumento da capacidade produtiva da agricultura e das pescas
- Preservação do ambiente
- (...)

Em 2001 foi realizado outro inquérito: **ILAP** (Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza)

- **Objectivo:** Actualizar o conhecimento sobre os indicadores de base do bem-estar das populações e definir o perfil da pobreza.

- **Resultados:** evidenciam um aprofundamento do fenómeno da pobreza assim como uma grande assimetria entre as regiões do país.

O ILAP mostra duas abordagens do fenómeno da pobreza:

- **Abordagem quantitativa** mostra que 64,7% das pessoas são pobres (vivem com menos 2 dólares por dia); com menos de 1 dólares por dia (extrema pobreza) registou-se 20,8% num universo de 1.181.641 indivíduos
- **Abordagem qualitativa ou subjectiva:** a percepção que as populações têm das suas próprias condições de vida. A maioria considera que o **pobre é aquele que não tem, nem pode;** ou seja a pobreza aqui é, a incapacidade material e de impotência moral face as necessidades e exigências mínimas da sociedade

Todos estes esforços para alargar e aprofundar os conhecimentos sobre a pobreza, foram paralelamente acompanhados pelo desenvolvimento de estratégias reais para restabelecer equilíbrio macroeconómicos e proporcionar um bom crescimento visando a redução da pobreza.

As reformas económicas que começaram em 1983 e aprofundadas em 1986 permitiram:

- Liberalizar os mercados e os preços.
- Melhorar o ambiente jurídico dos negócios
- Estimular o desenvolvimento do sector privado
- Reorientar o papel do estado no que respeita à regulação.
- Alocação de recursos
- Desenvolvimento dos serviços sociais.

Em 1998-99 ocorreu um conflito político-militar que teve como consequências:

- Desarticulação da economia
- Regressão do PIB

- Queda da produção agrícola
- Afectação na comercialização da castanha de caju.
- Perdas no capital privado
- A aniquilação de grande parte dos progressos económicos e sociais alcançados anteriormente.

De 2000 a 2003 a instabilidade governativa abalou todas as instituições da Republica

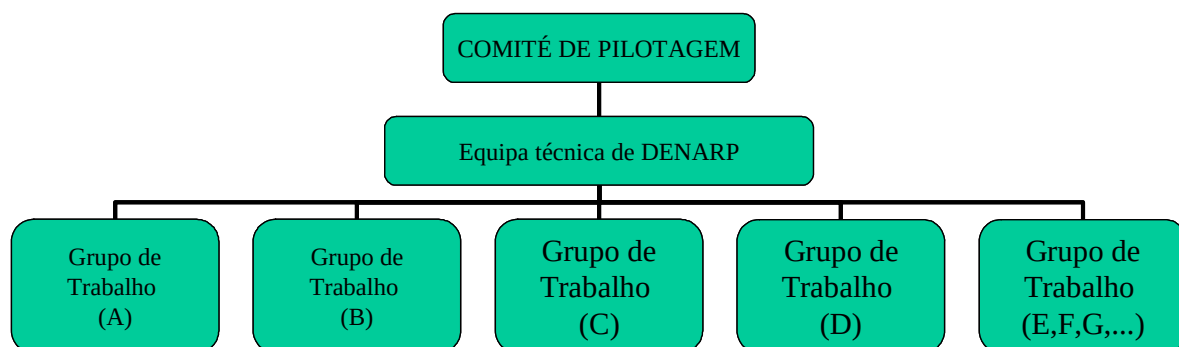
- Por causa da sucessão de governos o poder executivo tornou-se instável, não tendo tempo para levar a cabo acções duradouras
- Uma das consequências da guerra foi a desorganização do aparelho do Estado provocada por conflitos institucionais o que tornou difícil a implementação de políticas económicas e sociais coerentes

A partir de 2004:

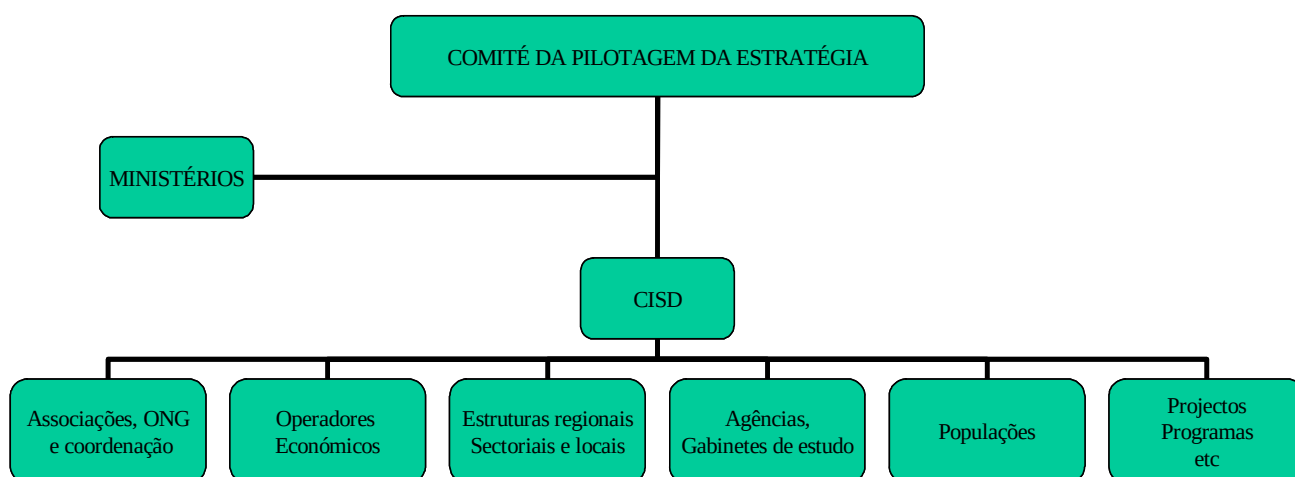
- Realização de eleições legislativas que criaram novas perspectivas para a luta contra a pobreza.

Como a economia da Guiné-Bissau continua fraca surge a necessidade de uma intervenção mais dinâmica que combata a pobreza a longo-prazo, sendo o DENARP um instrumento desta mesma necessidade.

Quadro organizacional da formulação do DENARP



Quadro organizacional da implementação do DENARP



2.6.2-Eixos De Intervenção

Eixo 1: criação de condições para um crescimento rápido e sustentável

Eixo 2: Aumento do acesso aos bens sociais fundamentais

Eixo 3: Implementação de programas direccionados ao alívio da pobreza

Eixo 4: Melhoria da governação

A minha análise centra-se em torno do primeiro eixo que visa acelerar o crescimento económico através do sector privado.

Espera-se que o sector privado através da produção agro-industrial impulsione o crescimento económico, concretamente na produção e transformação local da castanha de caju, na pecuária, nas pescas e no turismo. As medidas de apoio que permita um crescimento rápido e sustentável do primeiro eixo estratégico são:

- Promoção da estabilidade macroeconómico
- Promoção do sector privado como motor do crescimento
- Promoção da micro-finaças e apoio a pequenas e médias empresas (PME)
- Promoção do crescimento do sector agrícola
- Diversificação das fontes de rendimento não agrícola
- Gestão racional dos recursos, preservação do capital natural e melhoramento do quadro de vida
- O desenvolvimento das infra-estruturas de apoio à produção
- O desenvolvimento do turismo

É sobre estes pontos ou medidas que no meu entender se deve debruçar começando por analisar: que nível de produção agrícola se pretende atingir e sobre o qual espera-se uma taxa de crescimento médio anual de 5% do PIB entre 2005 – 2015?

Como financiar as pequenas e medias empresas (PME)?

De forma genérica é questionar como pôr na prática aquelas medidas?

As respostas para estas perguntas não são fáceis de responder mas impõe uma reflexão e uma tomada de medidas mais profundas conducente a mudanças estruturais na esperança de chegar o ano 2015 com a pobreza a ser um fenómeno do passado.

As mudanças de que me refiro são as do modo de produção. Quais as reais capacidades produtivas da Guiné?

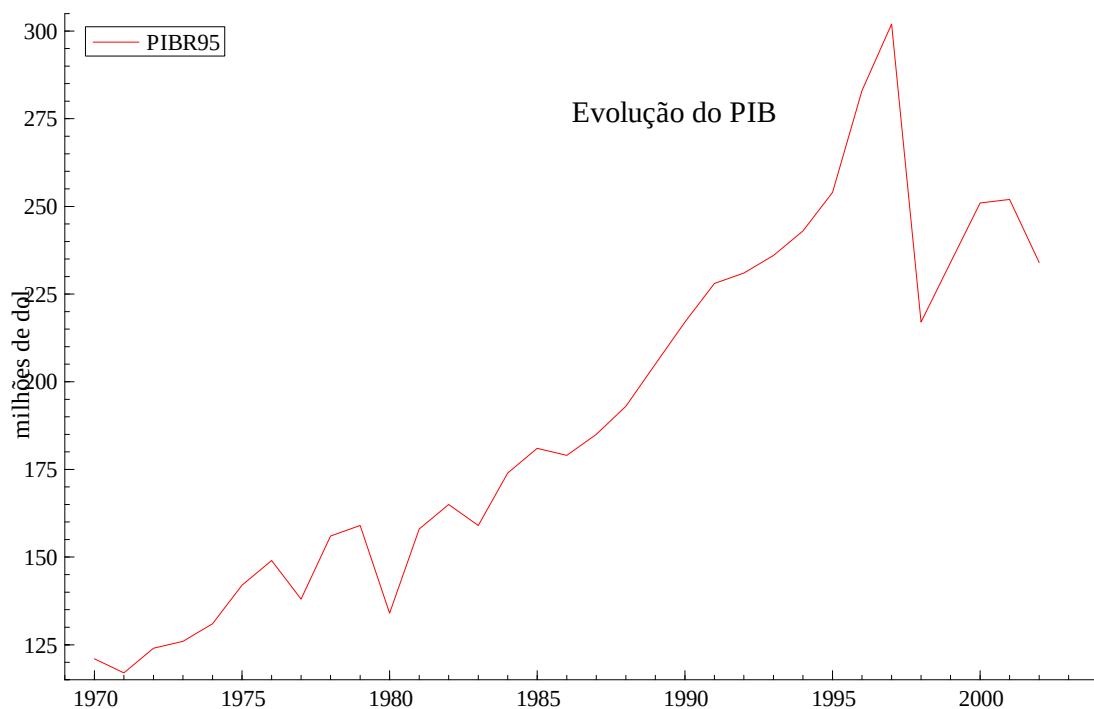
Não restam dúvidas que a agricultura é, e deve ser a aposta. Então temos que estabelecer metas ou objectivos quantificáveis.

Quer DENARP como PER definem que agricultura tem duas finalidades principais:

Primeiro: garantir a auto-suficiência alimentar das populações

Segundo: como fonte de rendimento dos agricultores

Face à actual estrutura da produção interna alguns cenários são possíveis de esboçar com ajuda do gráfico 1:



2.6.3-Crescimento Económico

O DENARP é um instrumento do apoio para crescimento acelerado com finalidade de cumprir os objectivos do milénio assente nas seguintes hipóteses e condições.

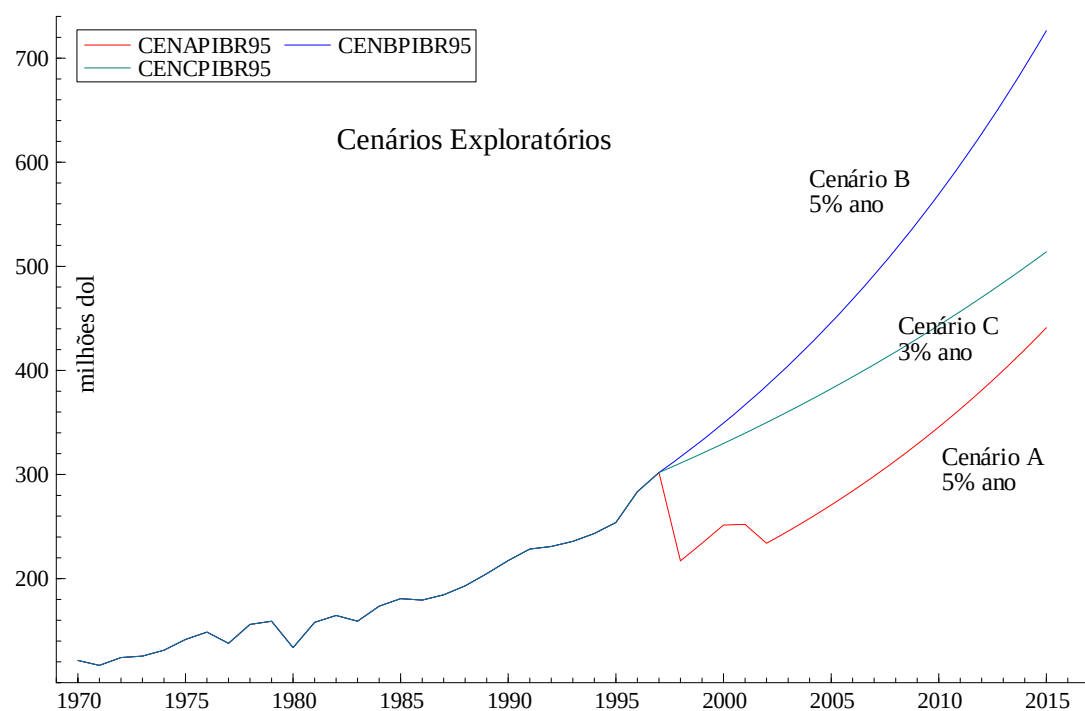
- 1) O crescimento médio anual do PIB no período 2005-2015, situar-se-á em pelo menos 5%;
- 2) A taxa de crescimento demográfico sendo de 2.1%, o saldo da absorção teórica do crescimento económico pelo crescimento demográfico afigura-se razoável;
- 3) A taxa de crescimento médio per capita estabelecer-se-á entre 2,4% e 3,4 %;
- 4) Não aumentando a desigualdade de rendimentos, a cada 1% do crescimento anual do PIB per capita corresponderá uma redução da incidência da pobreza de 0.5%, salvaguardando deste modo os riscos de fuga;
- 5) A taxa média de investimento (global) deverá situar-se a pelo menos 25 % por ano no período 2005-2015.

Para cumprir os objectivos do milénio e face as condições actuais do país é de facto preciso um crescimento forte e sustentado donde alguns cenários são possíveis de traçar.

2.6.4-Cenários Exploratórios

Consiste em esclarecer o que pode ocorrer nos próximos tempos até ano 2015.

Gráfico 26 – Cenários exploratórios em milhões de dólares: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



Em que o **Cenário A** é o crescimento do PIB à preço constante de 95 partindo do ano 2002 até 2015, com uma taxa de crescimento médio anual de 5%.

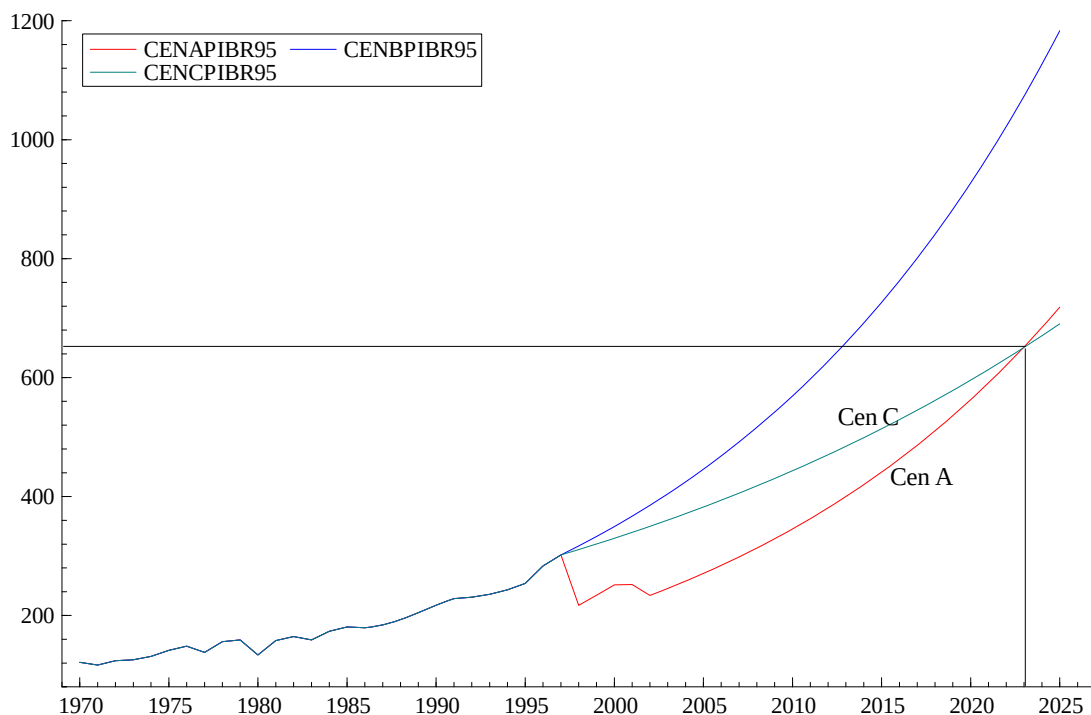
O **Cenário B** é o crescimento do PIB à taxa médio de 5% ano partindo do ano 1997

O **Cenário C** é o crescimento do PIB à taxa médio de 3% ano partindo do ano 1997

Os Cenários B e C são aqueles que mostram a evolução do PIB não fosse a quebra de 1998 o que implica um ajustamento ou a reposição do desempenho económico verificado antes de 1998 nos percursos desses Cenários.

Quanto ao Cenário A, é até 2002 a evolução observada e nem com a taxa de crescimento de 5% ano consegue atingir o Cenário C antes de 2015.

Gráfico 27 – Cena. Exploratórios C A em milhões de dólares: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



Daqui verifica-se que os dois Cenários só se cruzam no ano de 2023 com o produto a situar-se um pouco mais de 600 milhões de dólares.

Portanto para o ano 2015 os três cenários dão os seguintes níveis do PIB real aproximadamente:

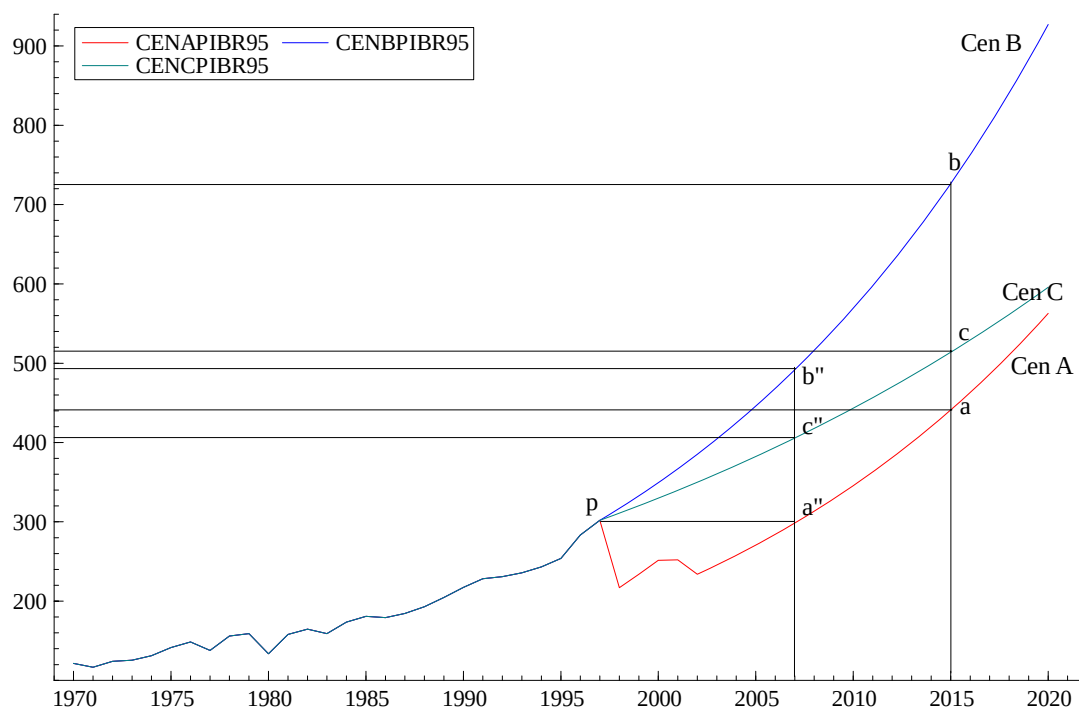
Cenário A – 440 milhões de dólares (ponto a)

Cenário B – 730 milhões de dólares (ponto b)

Cenário C – 510 milhões de dólares (ponto c)

O gráfico seguinte é demonstrativo.

Gráfico 28 Cena. A B C em milhões de dólares: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



Outro facto relevante neste gráfico é de notar que só no ano 2007 (no ponto a”) o Cenário A atinge o nível do PIB observado em 1997 fazendo lembrar que já fiz essa referência no capítulo anterior ao chamar atenção que a recuperação é lenta. Neste caso estou admitir uma taxa de crescimento anual de 5% (Cenário A), conforme o DENARP.

Nos Cenários B e C caso até 2007 o país consiga recuperar a trajectória de 97 (pontos b” c” do gráfico), aquilo que chamei atrás de reposição do desempenho económico, os níveis do PIB serão respectivamente: 500 e 410 milhões de dólares aproximadamente. Mesmo com uma taxa de variação anual de 1% do PIB de 1997 em diante, o valor do mesmo em 2007 estaria acima daquilo que é esperado para o Cenário A.

Se o produto mantivesse constante, partindo de 97 até 2007, os valores seriam iguais ou seja em 300 milhões de dólares como se viu atrás, corresponde ao segmento da recta horizontal que vai desde o ponto p à a” do gráfico.

Portanto são situações que podem ocorrer.

Agora convém explorar o que se pode fazer ou Cenários estratégicos:

2.6.5-Cenários Estratégicos

O papel do Estado

A Guiné tem uma potencialidade agrícola que ao longo do tempo foi mal aproveitada. O modo da produção da população camponesa é rudimentar, as políticas de apoio ao sector nunca foi eficaz, os recursos humanos qualificados mal enquadrados são factores que levam o país na dependência do exterior para suprir as necessidades alimentar.

O país tornou-se independente, os camponeses não conheciam a técnica de utilização de charrua, nem de irrigação ou outra qualquer, própria de uma agricultura mecanizada.

Todavia sempre se reconheceu que o sector agrícola é a aposta do país para o seu desenvolvimento mas até hoje essa agricultura não conheceu uma verdadeira transformação. Se a Guiné quer ser competitivo neste sector então há que moderniza-lo, há que criar condições para formação de uma nova geração de agricultores empreendedores e competitivos pois o modo de produção actual não responde as necessidades do país quanta mais competir no mercado internacional.

No passado os esforços fracassados de apoio ao fomento a produção através de créditos agrícolas, foram cair nas mãos de pessoas que tinham todos atributos menos do agricultor. Os verdadeiros agricultores, esses ficaram com apoios dos agentes especializados do Ministério da Agricultura, resumindo-se em estudos e planeamento agrícola.

Portanto é urgente introduzir no sector, a modernização compatível as exigências da conjuntura actual, o país precisa urgentemente desta revolução.

É minha convicção que o Estado deve, numa primeira fase encarregar-se dessa iniciativa, alem daquelas contempladas no DENARP criando **Empresas Públicas de Produção Agrícola (EPPA)** e não pela via dos fictícios agricultores que recebem créditos pelos seus estatutos sociais que nunca provaram nada em termos de agricultura.

Desta forma há risco associado à créditos mal parados se o país continuar a privilegiar esta via. Não estou a vaticinar a eliminação desta política ou a negação de participação dos agentes privados no sector. É simplesmente, não esperar por esses ditos agricultores que nas condições actuais não conseguem mudar o rumo da tendência das coisas. Por outro, os verdadeiros agricultores são avesso às formalidades administrativas, muito apegos às crenças ancestrais e fundamentalmente produzem para auto-suficiência alimentar quando o clima assim o permitir.

A participação do Estado no sector agrícola através de EPPA nas várias regiões, além de criar economia de aglomeração com todas as vantagens associadas, permitirá introduzir inovação tecnológica e formação de nova geração de agricultores.

Vai permitir uma diversificação na produção agrícola contrariamente à lógica de produção de um agente privado que privilegia produção de bem de exportação e de maior rendibilidade económica.

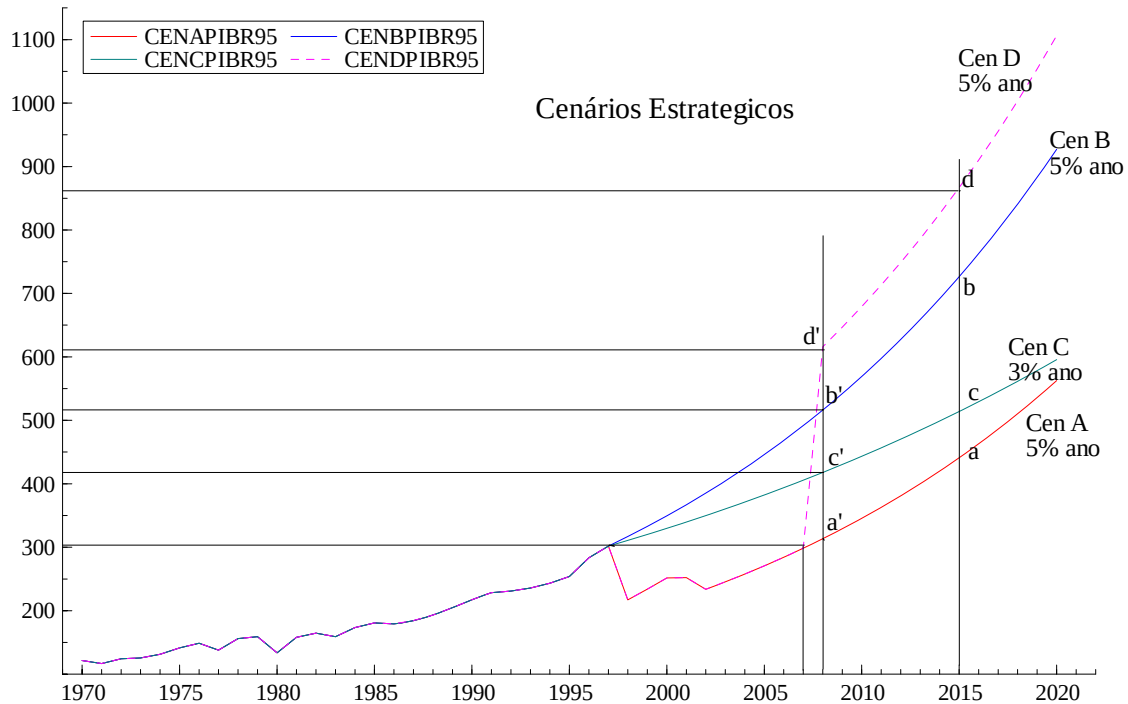
A EPPA poderá contribuir, a par da produção privada, responder à procura internacional, procura interna de bens alimentares e na criação de emprego e crescimento económico.

O Cenário D que apresento em seguida é baseado na hipótese duma intervenção estatal, privada, ou até divina, admitindo que até 2007 seja a fase do estudo e preparação e 2008 fase de execução desse plano de intervenção. Neste ano (2008) admite-se que o PIB aumenta o dobro do registado em 2007 período de recuperação do nível de 1997 com a taxa de recuperação de 5% ano desde 2002 (Cenário A).

Assim o Cenário D é qualquer coisa que no ano 2008 possa lançar o PIB para o dobro do PIB observado em 2007 tendo em conta o Cenário A (também coberto pelo DENARP 2005- 2007)

É o que se vai apresentar no gráfico seguinte.

Gráfico 29 – Cena. A B C D em milhões de dólares: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



Se vier a ocorrer esta duplicação do produto devido às hipóteses atrás admitidas o produto situar-se-á no ano 2008 em 616 milhões de dólares representado no ponto d' e em 867 milhões de dólares no ano 2015 (ponto d).

Caso isso não venha ocorrer o PIB poderá cair nos pontos b' ou c' ou ainda no pior dos cenários, no ponto a'.

Mas então como é que se pode duplicar este nível do PIB em 2008?

Há duas formas de o fazer tendo em conta a actual estrutura de produção interna.

A primeira pela elasticidade do PIB em relação a agricultura sobretudo nas relações dinâmica de curto prazo das duas variáveis

A segunda pela relação das contribuições sectoriais no PIB.

A equação estimada do modelo dinâmico é:

$$\Delta \log \text{PIB}_t = C + \Delta \log(\text{PIB}_{t-1}) + \Delta \log(\text{AGR}_t) + \Delta \log(\text{AGR}_{t-1}) + u$$

$$\Delta \log \text{PIB}_t = 0,011855 + 0,08879 \Delta \log(\text{PIB}_{t-1}) + 0,607767 \Delta \log(\text{AGR}_t) - 0,11406 \Delta \log(\text{AGR}_{t-1}) + u_t$$

Mantendo tudo o resto constante, um aumento de 1% na agricultura num determinado ano faz aumentar o PIB em 0,6% no mesmo ano.

O objectivo é saber qual é a variação na agricultura para que o PIB aumente em 100%. O resultado mostra que nestas condições a agricultura terá que variar em 166,6%. Isto corresponde em valores absolutos 441 milhões de dólares (em 97 a contribuição da agricultura é de 165 milhões de dólares) Por outras palavras a agricultura deverá contribuir com 441 milhões de dólares mantendo o serviços e a indústria constantes (em 31 e 91 milhões de dólares níveis de 97) o que totaliza 563 milhões os restantes valores são valores decorrente da própria dinâmica do crescimento económico e do erro na estimação do modelo.

Na segunda alternativa basta que as contribuições sectoriais (agricultura, industria e serviço) aumentem em 100%.

A previsão em média do PIB para o efeito é de 599 milhões de dólares com intervalo de confiança de (594 – 604) à 95%.

Se no entanto não se vier a concretizar este cenário, o desejável é o PIB cair no b' ou c'.

O cenário A só pode ocorrer na ausência duma intervenção seja de que natureza for, interna ou externa. Significa deixar a situação tal como ela está hoje.

A minha proposta sobre uma intervenção na agricultura podia ser no sector de indústria ou no serviço. Não creio que estes últimos sectores sejam impulsionadores da economia nesta primeira fase do desenvolvimento da Guiné sobretudo o sector do serviço requer recursos humanos minimamente qualificados.

Qualquer dos cenários tem por base um forte crescimento esperado do PIB porque é uma economia com forte procura interna principalmente de bens primário, com a propensão marginal altíssima como já se viu na primeira parte deste estudo e crescente procura externa do seu bem de exportações (castanha de caju). Tudo indica que ela está longe de níveis estacionário.

Assim em qualquer dos cenários, a verificação de abrandamento da taxa de crescimento do PIB no médio e longo prazo significará a redução da propensão

marginal de consumo (inversão do consumo) e a economia deverá estar preparada para uma transição estrutural da produção.

Acredito que será o sector da industria o sector que vai substituir a agricultura devido a ligação natural dos dois sectores.

A par destas prioridades deve haver obviamente, políticas para dinamizar o sector de serviço, por exemplo, o Eco-turismo onde o país tem boas condições naturais.

A redução da pobreza dependerá da verificação destes cenários essencialmente no crescimento económico gerador de emprego em ultima análise.

No gráfico estão subjacentes outras alternativas; por exemplo, uma taxa de crescimento de 3% a partir do ponto d até 2015, ou de 1% etc. o mesmo raciocínio pode ser feito para os outros pontos.

A condição primeira para concretização de qualquer dos cenários impõe a verificação das pré-condições socio-políticas reconhecidas no DENARP. No ponto 81 – refere à desmobilização dos ex-combatentes nas forças armadas e a reinserção social dos mesmos.

Uma das formas possíveis de recorrer é, em meu entender, de enquadrar os desmobilizados das forças armadas no sector agrícola sob tutela do Governo uma vez que o sector é mão-de-obra intensiva.

Por outro lado o Governo, no cumprimento do controle do défice publico e das politicas de estabilidade e crescimento no quadro da UEMOA, não seria má ideia a própria Forças Armadas num plano de reconstrução do país e sob coordenação do Ministério da Agricultura, tomar parte no processo de aceleração de produção agrícola, minimizando desta forma os despesas do investimento e impulsionar o crescimento económico.

Para finalizar este ponto é de salientar que as politicas sociais e ambientais contempladas no plano estratégico para redução da pobreza na Guiné estão bem definidas no DENARP.

Considerando a taxa de crescimento da população de 2% ano, os Cenários A, B, C, e D prevê-se que no ano 2015 a população será de 1,87 milhões de habitantes e PIBr per capita será:

- Cenário A – 236 dólares por habitante
- Cenário B – 388 dólares por habitante
- Cenário C – 275 dólares por habitante
- Cenário D – 463 dólares por habitante

O desejável é que ocorra o Cenário D dado que oferece maior PIBr per capita, seguidos dos Cenários B, C e A.

É de notar também que o Cenário A não atingirá o nível do PIBr per capita de 1997 o que significará a lenta recuperação da recessão do conflito de 1998 e sucessivas perturbações político ou social com reflexo na economia da Guiné-Bissau

A valorização do Produto Interno Bruto à preço constante dum ano base, neste caso a preço do ano 1995, permite evidenciar a evolução quantitativa do PIB sem variação de preço no tempo. O que significa que se até ano 2015 os preços e quantidades evoluírem positivamente estes indicadores terão outra leitura ou seja o PIBpm per capita (medido à preço corrente ou de mercado) terá valores superiores daqueles que aqui foram apresentados. Portanto mais favoráveis ou não na verificação de crescimento económico e da redução de pobreza. Tudo dependerá da variável que crescer mais, o preço ou a quantidade.

2.6.6- O Papel do Sector Privado

Estratégia

- Pagamento da dívida interna
- Revisão do código de investimentos
- (simplificação e flexibilidade nos compromisso comunitários UEMOA)
- Reforço da DGPIP (apoio e seguimento das empresas)

- Aproveitamento efectivo das oportunidades oferecidas no quadro da CEDAO, NEPAD e da cooperação com os países amigos
- Promoção e diversificação das PME/PMI para os sectores agro-industriais
- Adopção de um sistema de incentivo fiscal e de uma política fiscal favorável às pequenas empresas e ao investimento directo estrangeiro
- Afectação dos investimentos públicos para aumentar a produtividade no sector privado

Os principais eixos da intervenção

- Infra-estruturas
- Privatização
- Melhoria do ambiente de negócios
- Reforma Legal

Programa de Reabilitação do Sector Privado pós Conflito Político – Militar 1998/99

- Assistência pós-desengajamento de empresas públicas que se encontram em vias de privatização / liquidação ou PME privadas
- Apoio as empresas que atraem um investimento privado adicional
- Selecção por parte de investidores de empresas viáveis

Promoção da Micro-Finanças e apoio à PME

Objectivo:

- Contribuir para o crescimento acelerado e redução de pobreza
- Contribuir para redução do desemprego (incidência na camada feminina e jovens)
- Apoiar os pequenos operadores através de micro-creditos e estímulos a poupança

Estas são em traços gerais as estratégias previstas no DENARP que merece mais uma vez atribuir-lhe o mérito de ser um documento completo.

Porém a minhas perspectivas sobre o papel do sector privado exortam acrescentar mais medidas estruturantes.

A actividade do sector privado deu provas de ser capaz de acelerar o crescimento económico da Guiné-Bissau sobretudo depois de liberalização económica iniciada em 1986. A evidência mostra que com a economia do mercado o PIB cresce em media 3,8% (ver estatística em anexo) e esta relação não passou de 1997. Era um sector em formação num ambiente, até aquela data, de estabilidade social e politica. O conflito militar de 1998/99 destruiu através de saques e pilhagens do todo activo construído por esse sector.

Hoje o sector privado é um sector descapitalizado, o ambiente instalado não atrai o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) não obstante politicas do Governo para restabelecimento da confiança no sector. A recuperação da confiança por parte dos investidores sobretudo de capital estrangeira será um processo lento e demorado. Essa confiança passa antes de mais pelas garantias efectivas duma paz duradouras quer a nível militar como institucional.

O crescimento económico forte será um dos mecanismo de atracção do IDE mas enquanto isto não acontecer há que pagar a dívida interna possibilitando a recuperação do tecido empresarial formada antes do conflito de 98/99.

Convém frisar que o sector privado de que se refere é o sector privado formal não esquecendo o importante papel do sector informal na economia Guineense.

O sector privado informal contribui em grande parte para bem-estar das famílias nomeadamente nas actividades relacionadas com serviços cuja medição ou quantificação em valor não se conhece. É um sector dinâmico com mercado próprio e influencia fortemente a economia nacional. Se o seu peso na economia fosse mensurável certeza que estaria acima do sector formal.

As reformas estruturais previstas no DENARP nos domínios de fiscalidade poderá contribuir na normalização desta forma de economia.

Uma parte significativa das transacções de bens e serviços operam neste sector.

Essas transacções são efectuadas a margem de qualquer tributação, até mesmo na comercialização da castanha de caju. Uma incorporação do sector privado informal na economia real provavelmente o cenário D terá a maior probabilidade

de ocorrer. É de lembrar que depois da agricultura o sector que mais contribui para riqueza do país é o serviço. Uma politica centrada na integração do sector informal na economia real vai estimular o crescimento rápido e sustentável abrindo esperanças o cumprimento dos objectivos do milénio e espaços para pleno funcionamento do sector financeiro (intermediação financeiro) que há muito tem dificuldade de se implantar.

As instituições financeira privadas terão condições de financiarem os projectos de investimentos viáveis e credíveis.

O financiamento privado da economia na Guiné terá génese quando o sector monetário e financeiro conseguirem estabelecer no país.

Para tal é muito importante as reformas que permitam a integração do mercado informal na economia, reformas que estimulem efectivamente a produção quer por via de intervenção ou pela iniciativa privada.

O que de facto é preciso fazer é criar condições para satisfazer a procura interna e externa de forma a gerar bem-estar das populações. E no meu entender o país tem recursos e capacidades para atingir esse objectivo.

2.7-Conclusão final

A minha visão sobre a evolução económica da Guiné-Bissau, demonstrada aqui sob forma de retrospectiva económica e cenários estratégicos é uma entre várias que possam existir.

A intenção é e não mais, contribuir para aquilo que todos esperam que a Guiné venha ser algum dia.

Contribuir na chamada de atenção dos erros cometidos no passado quer na adopção dos modelos de políticas económicas, quer por conflitos militares, o povo continua a espera de melhores dias.

Contribuir como filho da nação Guineense e segundo as minhas convicção e saber, na indicação de melhores caminhos não obstante poder estar divergente

com outras visões. Porque quanto mais elas forem divergentes, mais claro será o caminho para o nosso desenvolvimento.

O desenvolvimento é mudança estrutural. É a transformação do antes para depois no sentido progressivo. Conduz à mudança na economia, na educação, na saúde, na mentalidade etc.

Tudo o que se deve fazer em termos de políticas, estratégias etc., deve ter em conta à essas mudanças caso contrario não há desenvolvimento.

Seja qual o caminho que o destino venha ditar neste referido processo de desenvolvimento rezo para que seja melhor para o povo da Guiné-Bissau.

Uma estratégia de redução da pobreza dum país requer sem dúvidas o conhecimento da realidade deste país. As políticas que acompanham as estratégias escolhidas devem ser abrangente e pluridisciplinar adaptada às realidades específicas do país em causa. No caso da Guiné-Bissau, sua história económica dos últimos trinta anos ajuda a compreender as estratégias adoptadas no passado assim como permite formular outras para os objectivos do milénio.

Uma estratégia tem haver com aquilo que se deve fazer ou como faze-lo para atingir os objectivos propostos. As políticas são formas de atingir esses objectivos e nem sempre são adequadas a realidade. Os dois modelos de desenvolvimento vistos neste estudo são exemplos disso mesmo, em épocas históricas diferentes. As políticas económicas com suporte na desregulação do mercado ou seja deixar o mercado funcionar livremente deve ter em conta o contexto onde deve ser aplicado plenamente. Pode acarretar custos superiores aos seus benefícios. Eu entendo que o Estado deve intervir no sector agrícola por constatar que a actual estrutura produtiva só uma intervenção do Estado pode relançar economia da Guiné. Procurei outras alternativas no âmbito de eficiência do mercado, uma politica de produção que satisfaça a procura interna e externa não encontrei uma boa solução ao menos que queiramos cometer os erros do passado. O Estado deve intervir quando o mercado não é eficiente e mais, deve intervir quando os benefícios resultante dessa intervenção forem superiores de que no caso contrário. A economia da Guiné é uma economia caracterizada pelo

ciclo vicioso da pobreza não acredito que pelo sector privado venha ocorrer o arranque da agricultura. O sector privado, esse sim terá o seu papel nas áreas da economia onde a concorrência é possível de implementar. Mesmo na produção da castanha de caju os privados estão aquém daquilo que é potencial oferta desse bem de exportação e das nossas vantagens, e de satisfazer a procura internacional. Ora, aqui está um fundamento para uma intervenção do Estado. Uma economia competitiva é fácil deixar a economia funcionar segundo as regras do mercado, o contrário, deve o Estado estar muito atento de forma a poder identificar e intervir no momento certo e no sector certo para relançar a economia. A quebra do PIB registada no ano 1980 para além da seca pode ser o fim daquilo que até à data, foi motivo de monocultura do amendoim devido a significativa redução da procura internacional. Uma observação merece ser realçada. É que no sector agrícola basta falhar as exportações ou uma diminuição das mesmas para não sabermos o seu valor anual. É a leitura que faço em relação ao subproduto da castanha de caju (o fruto) que não é exportado cujo valor não entra na Contabilidade Nacional não obstante gerar rendimentos a muitas famílias Guineense. Isto vem mostrar um exemplo entre muitos a dificuldade que essa economia tem na medição da sua actividade económica. Tanto assim que quando olharmos o PIB ou PIB per-capita do país, ficamos com a ideia algo perturbador. Eu reconheço que há dificuldades mas também não é menos verdade que os dados da Contabilidade Nacional estão longe da realidade. Dou-lhe valor como indicadores económicos sem duvidas mas não como realidade económico efectiva. As reformas fiscais previstas no DENARP decerto devem ter estas preocupações.

É minha convicção que o país tem uma oportunidade única de crescer rapidamente como nunca visto na sua história dado a natureza do seu bem de exportações. Uma vez garantidas as matérias-primas, i.e. o subproduto da castanha de caju, a industrialização é viável para mercado de UEMOA/CEDEAO mesmo quando o preço internacional vier a ser menos atractivo. Esta é a diferença entre o amendoim e o caju. A indústria cajueiro nascente será receptora de outras matérias-primas homogéneas de grande abundância no país.

Será meramente um sonho tudo o aqui foi dito se a Guiné e os Guineense não conseguirem uma estabilidade politico ou social como condição primeira de todo e qualquer projecto do desenvolvimento sob pena de cada vez ficarem no fundo das tabelas estatísticas internacional.

Lisboa, 11 de Abril de 2006

USSUMANE SEIDI

Licenciado em Economia pelo ISEG

3-ANEXOS

3.1-Dados Estatísticos

Quadro 1 – Pop e Contribuições Sectorias: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.

ANO	Pop	PIBr95	AGR95	IND95	SERV95
1970	0,58	121	92	16	14
1971	0,59	117	85	15	17
1972	0,60	124	92	16	17
1973	0,61	126	91	16	19
1974	0,63	131	94	16	22
1975	0,65	142	96	19	26
1976	0,68	149	103	12	35
1977	0,71	138	90	15	31
1978	0,74	156	103	21	30
1979	0,77	159	95	21	39
1980	0,79	134	59	18	47
1981	0,81	158	76	17	56
1982	0,82	165	80	19	56
1983	0,84	159	79	19	53
1984	0,85	174	86	23	54
1985	0,89	181	88	24	58
1986	0,93	179	93	23	53
1987	0,96	185	96	15	63
1988	0,98	193	98	18	66
1989	1,00	205	101	23	67
1990	1,02	217	104	26	73
1991	1,05	228	109	26	77
1992	1,09	231	110	26	79
1993	1,12	236	117	28	76
1994	1,16	243	123	28	77
1995	1,19	254	132	29	78
1996	1,23	283	152	30	87
1997	1,26	302	165	31	91
1998	1,29	217	132	19	62
1999	1,33	234	142	19	67
2000	1,37	251	147	20	75
2001	1,41	252	149	21	74
2002	1,45	234	143	24	86

Pop = População em milhões de habitantes

AGR95 = Agricultura em milhões de dólares medido à preço constante de 1995

IND95 = Industria em milhões de dólares medido à preço constante de 1995

SERV95 = Serviço em milhões de dólares medido à preço constante de 1995

Quadro 2 – Despesa Interna em percentagem do PIB: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.

ANO	PIBpm	percG	perclpu	perclpriv	percExpbs	perclmpbs
1970	78,734	19,94	0	0	3,149	23,769
1971	78,54	21,656	0	0	3,266	26,949
1972	87,703	22,781	0	0	3,82	31,249
1973	89,374	24,467	0	0	5,416	36,399
1974	98,775	25,236	0	0	4,957	38,768
1975	108,986	22,893	0	0	5,651	28,278
1976	112,387	24,905	0	0	5,926	31,396
1977	114,971	18,535	0	0	10,697	37,483
1978	122,667	21,126	0	0	9,488	44,225
1979	118,538	22,243	0	0	8,62	49,225
1980	110,654	27,641	0	0	14,039	46,3
1981	154,732	28,487	0	0	17,319	55,268
1982	165,524	29,438	0	0	12,977	68,337
1983	163,578	25,453	0	0	9,83	52,76
1984	138,479	15,431	0	0	18,558	71,014
1985	143,856	17,93	0	0	14,038	83,019
1986	130,225	13,243	0	0	6,818	41,457
1987	173,836	10,698	27,898	7,317	19,76	67,72
1988	164,458	9,638	30,597	14,104	20,46	84,15
1989	213,144	11,229	30,322	8,659	18,95	98,45
1990	243,962	10,291	21,529	8,397	24,24	90,35
1991	257,15	10,617	23,167	7,822	25,67	97,18
1992	226,314	8,978	28,383	20,014	11,095	113,41
1993	236,881	7,053	24,602	6,255	21,01	77,5
1994	235,621	7,124	20,397	1,373	38,77	80,839
1995	253,96	6,408	15,157	7,144	29,59	89,21
1996	270,509	6,556	14,757	8,287	28,46	86
1997	268,535	7,018	15,599	6,2	56,441	107,043
1998	205,559	9,318	6,184	5,2	29,82	73,94
1999	224,361	10,786	10,8	6	55,746	96,057
2000	215,474	13,949	10	6	68,462	125,481
2001	200,412	12,611	13,7	6	81,593	147,58
2002	203,353	12,826	8,7	6	92,29	157,467

PIBpm – Produto Interno Bruto à Preço de mercado (milhões de dólares)

percG – percentagem de Gasto(ou Consumo) Publico no PIBpm

perclpu – percentagem do Investimento Publico no PIBpm

perclpriv – percentagem do Investimento Privado no PIBpm

percExpbs – percentagem da exportação no PIBpm

perclmpbs – percentagem da Importação no PIBpm

Quadro 3-Despesa Interna milhões de dólares: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.

ANO	PIBpm	Gast	Cast	Inv	Exp	Imp	BC
1970	78,734	15,699	55,985	23,284	2,480	18,714	-16,234
1971	78,540	17,009	58,141	21,991	2,565	21,165	-18,601
1972	87,703	19,980	71,824	19,954	3,350	27,406	-24,056
1973	89,374	21,867	76,528	18,670	4,840	32,531	-27,691
1974	98,775	24,927	90,636	16,609	4,896	38,293	-33,397
1975	108,986	24,950	91,915	16,781	6,159	30,819	-24,661
1976	112,387	27,990	94,749	18,273	6,660	35,284	-28,625
1977	114,971	21,310	101,716	22,742	12,299	43,095	-30,796
1978	122,667	25,914	112,751	26,613	11,639	54,250	-42,611
1979	118,538	26,367	114,417	25,885	10,218	58,350	-48,131
1980	110,654	30,586	84,582	31,183	15,535	51,232	-35,697
1981	154,732	44,079	129,535	39,837	26,799	85,517	-58,719
1982	165,524	48,727	161,653	46,776	21,481	113,113	-91,633
1983	163,578	41,635	155,096	37,070	16,079	86,303	-70,224
1984	138,479	21,369	137,510	52,241	25,699	98,339	-72,641
1985	143,856	25,794	166,803	50,494	20,194	119,428	-99,234
1986	130,225	17,246	127,121	30,967	8,878	53,988	-45,110
1987	173,836	18,597	177,396	61,216	34,350	117,722	-83,372
1988	164,458	15,850	179,836	73,515	33,648	138,391	-104,743
1989	213,144	23,933	275,572	83,087	40,391	209,840	-169,449
1990	243,962	25,106	307,131	73,008	59,136	220,419	-161,283
1991	257,150	27,302	334,047	79,689	66,010	249,899	-183,888
1992	226,314	20,319	328,019	109,528	25,109	256,662	-231,553
1993	236,881	16,707	280,893	73,095	49,769	183,583	-133,814
1994	235,621	16,785	266,664	51,296	91,350	190,475	-99,125
1995	253,960	16,273	332,463	56,636	75,147	226,558	-151,411
1996	270,509	17,736	346,087	62,337	76,987	232,638	-155,651
1997	268,535	18,846	327,036	58,539	151,563	287,449	-135,886
1998	205,559	19,154	253,696	23,402	61,298	151,990	-90,692
1999	224,361	24,200	252,911	37,693	125,073	215,516	-90,443
2000	215,474	30,057	273,804	34,476	147,517	270,379	-122,862
2001	200,412	25,275	267,902	39,481	163,523	295,769	-132,246
2002	203,353	26,082	279,919	29,893	187,675	320,215	-132,540

PIBpm – PIB à preço corrente

Gast- consumo Estado

Cast- consumo privado

Inv – investimento total

Exp – exportações

Imp – importações

Quadro 4 – Cenários: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.

ANO	CenPop	CenAPIBr95	CenBPIBr95	CenCPIBr95	CenDPIBr95
1970	0,58	121	121	121	121
1971	0,59	117	117	117	117
1972	0,60	124	124	124	124
1973	0,61	126	126	126	126
1974	0,63	131	131	131	131
1975	0,65	142	142	142	142
1976	0,68	149	149	149	149
1977	0,71	138	138	138	138
1978	0,74	156	156	156	156
1979	0,77	159	159	159	159
1980	0,79	134	134	134	134
1981	0,81	158	158	158	158
1982	0,82	165	165	165	165
1983	0,84	159	159	159	159
1984	0,85	174	174	174	174
1985	0,89	181	181	181	181
1986	0,93	179	179	179	179
1987	0,96	185	185	185	185
1988	0,98	193	193	193	193
1989	1,00	205	205	205	205
1990	1,02	217	217	217	217
1991	1,05	228	228	228	228
1992	1,09	231	231	231	231
1993	1,12	236	236	236	236
1994	1,16	243	243	243	243
1995	1,19	254	254	254	254
1996	1,23	283	283	283	283
1997	1,26	302	302	302	302
1998	1,29	217	317	311	217
1999	1,33	234	333	320	234
2000	1,37	251	349	330	251
2001	1,41	252	367	340	252
2002	1,45	234	385	350	234
2003	1,48	246	404	360	246
2004	1,51	258	425	371	258
2005	1,54	271	446	382	271
2006	1,57	284	468	394	284
2007	1,60	298	492	406	298
2008	1,63	313	516	418	616
2009	1,66	329	542	430	647
2010	1,70	346	569	443	679
2011	1,73	363	598	457	713
2012	1,76	381	628	470	749
2013	1,80	400	659	484	786
2014	1,84	420	692	499	825
2015	1,87	441	726	514	867

Pop em milhões de habitantes

PIB em milhões de dólares

3.2-UEMOA

Gráfico 30 – População UEMOA: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.

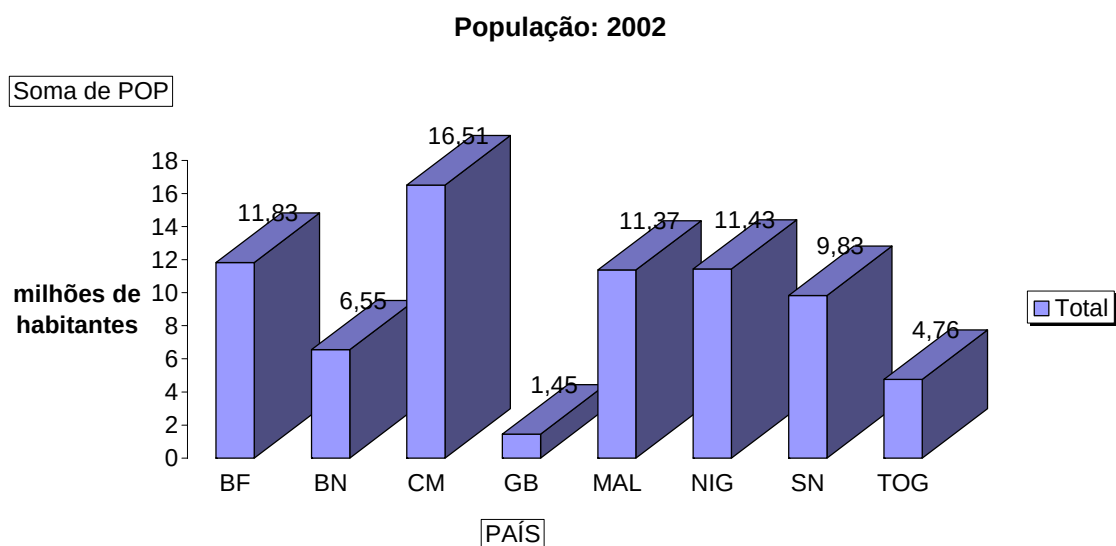
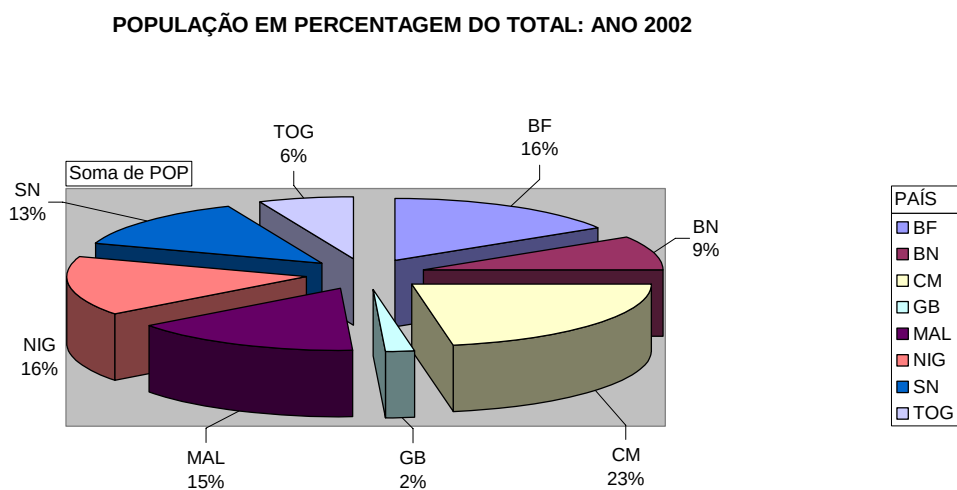


Gráfico 31 – Pop UEMOA em percentagem: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



BN – Benin

GB – Guiné-Bissau

SN - Senegal

BF – Burki Faso

MAL - Mali

TOG - Togo

CM – Costa do Marfim

NIG - Níger

Gráfico 32 – Taxa de Crescimento anual PIBpm UEMOA: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.

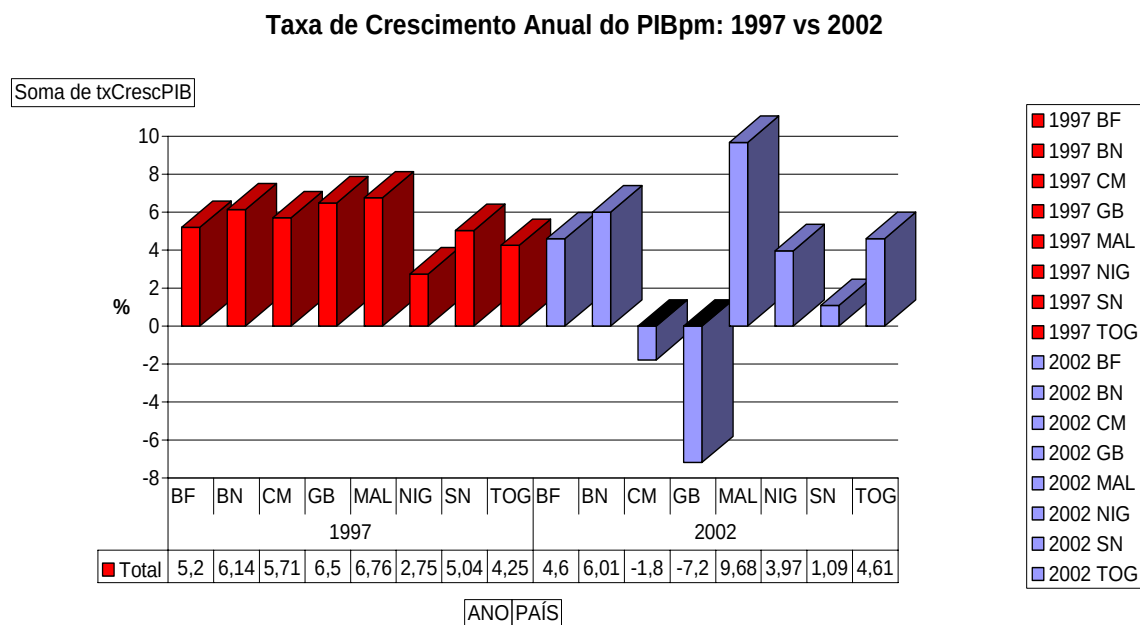


Gráfico 33 – Rendimento anual perca pita UEMOA: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.

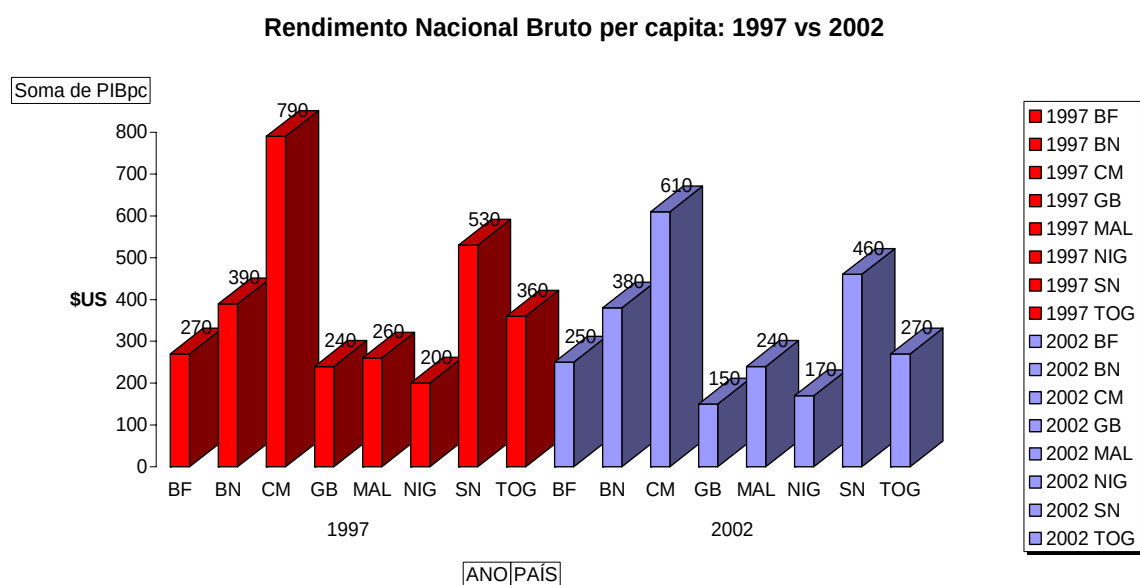
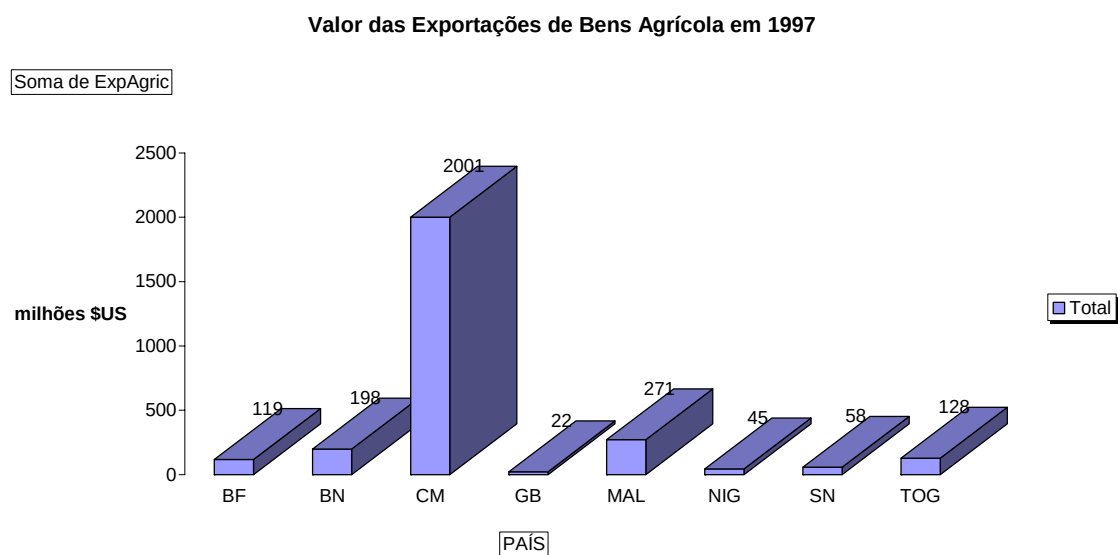


Gráfico 34 – Exportações de bens agrícola UEMOA: Dados de Banco Mundial 2004, cálculos do autor.



3.3.6-Bibliografias e fontes

Banco Mundial – BM

Banco de Portugal – BP

Organização Mundial de Comercio – OMC

Nova Parceria Para Desenvolvimento da África – NEPAD

União Económica e Monetária de África Ocidental – UEMOA

Documento De Estratégia Nacional De Redução Da Pobreza – DENARP

Introdução à Econometria: JEFFREY M. WOOLDRIDGE

Economia: PAUL A. SAMUELSON e WILLIAM D.NORDHAUS 16ª ed.

Por

USSUMANE SEIDI

Licenciado em Economia pelo ISEG